



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 229 – Centro – CEP 39.300-000 – FONE: (38) 3631.1368

PROJETO DE LEI Nº 53/2025

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 1.511 DE 26 DE OUTUBRO DE 1994.

A Câmara Municipal de São Francisco decreta:

Art. 1º. Fica alterado o nome da associação declarada de utilidade pública pela Lei 1.511 de 26 de outubro de 1994, de "Associação dos Violeiros de São Francisco" para "Associação de Cultura, Esporte e Lazer de São Francisco".

Art. 2º. O artigo 1º da 1.511 de 26 de outubro de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Violeiros de São Francisco" para "Associação de Cultura, Esporte e Lazer de São Francisco, regularmente instituída e registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de São Francisco – MG”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Francisco, 02 de setembro de 2025.

DANIEL FONSECA ROCHA
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Rua Montes Claros nº 229 – Centro – CEP 39.300-000 – FONE: (38) 3631-1368

PROJETO DE LEI Nº 55/2025

**Autoriza o reconhecimento de dívida
não paga no Exercício Financeiro
anterior e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de São Francisco decreta:

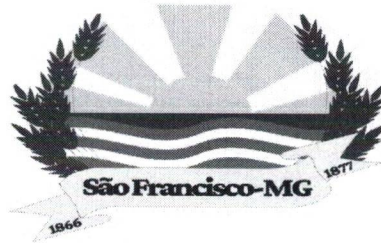
Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar e liquidar, se necessário for, e posteriormente pagar dívida do exercício vigente no importe de **R\$ 23.760,00 (vinte três mil e setecentos e sessenta reais)** em favor da empresa **GILDINEI SARAIVA DA SILVA LTDA**, inscrita sob CNPJ 10.887.615/0001-35, em razão da prestação de serviços de perfuração de poço artesiano na Comunidade de Ribeirão, zona rural deste Município.

Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento desta lei serão lastreadas pelas dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

São Francisco, 02 de setembro de 2025.

DANIEL FONSECA ROCHA
Presidente da Câmara



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS.

**PROCESSO:
1926/2025**

REQUERENTE: GILDINEI SARAIVA DA SILVA

ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DIVIDA

AUTUAÇÃO: 29/07/2025 Secretaria de Administração da
Prefeitura Municipal de São Francisco autua o presente processo.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
TELEFONE: (03) 8363 - 1161
CNPJ: 22679153/0001-40



PROCESSO N°:	890/2025	PROTOCOLO GERAL:	1926/2025
TITULAR:	GILDINEI SARAIVA DA SILVA		
CNPJ:	10887615000135		
ASSUNTO	SOLICITAÇÃO (FAZ)		
LOGRADOURO:	AV. MONTES CLAROS, 1829		
BAIRRO:	JOÃO AGUIAR		
MUNICÍPIO:	SAO FRANCISCO		
DATA:	29/07/2025		

OUTROS DADOS

SOLICITA RECONHECIMENTO DE DIVIDA. FONE:999073071

DOCUMENTOS

ASSINATURAS

TIT./REQ.:

GILDINEI SARAIVA DA SILVA

EMISSION:

SARA BORGES TEIXEIRA

ASSINATURA RETIRADA DE DOCUMENTOS

DATA: ____/____/____

NOME:

CPF/CI:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO
10.887.615/0001-35
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
10/06/2009

NOME EMPRESARIAL
GILDINEI SARAIVA DA SILVA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
SHALON CONSTRUÇOES E POCOS ARTESIANOS

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

- 01.51-2-01 - Criação de bovinos para corte
- 33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
- 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
- 38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
- 38.39-4-01 - Usinas de compostagem
- 41.20-4-00 - Construção de edifícios
- 42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
- 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
- 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
- 42.22-7-02 - Obras de irrigação
- 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
- 43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
- 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
- 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
- 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
- 45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
- 45.41-2-04 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas
- 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
- 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
- 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
AV MONTES CLAROS

NÚMERO
1829

COMPLEMENTO

CEP
39.300-000

BAIRRO/DISTRITO
JOAO AGUIAR

MUNICÍPIO
SAO FRANCISCO

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO
LIDER@VIASAT.WS

TELEFONE
(38) 9907-3071/ (38) 3631-2948

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
10/06/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/07/2025 às 09:50:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO
10.887.615/0001-35
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
10/06/2009

NOME EMPRESARIAL
GILDINEI SARAIVA DA SILVA LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente

49.24-8-00 - Transporte escolar

80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO

AV MONTES CLAROS

NÚMERO

1829

COMPLEMENTO

CEP

39.300-000

BAIRRO/DISTRITO

JOAO AGUIAR

MUNICÍPIO

SAO FRANCISCO

UF

MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO

LIDER@VIASAT.WS

TELEFONE

(38) 9907-3071/ (38) 3631-2948

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

10/06/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **29/07/2025** às **09:50:05** (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



RELATÓRIO TÉCNICO

Perfuração de poço tubular profundo

SHALTON



RELATÓRIO TÉCNICO

Relatório de inspeção técnica

APRESENTAÇÃO

O presente relatório foi elaborado de acordo com o seguimento dos passos da perfuração realizada no poço abaixo caracterizado o qual seguiu as normas NBR 12212 - Projeto de poço tubular profundo para captação de água subterrânea; NBR 12244 - Construção de poço tubular profundo para captação de água subterrânea e NBR's 13604/13605/13606/13607/13608 – Dispõe sobre tubos de PVC para poços tubulares profundos.

FICHA TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR/EMPREENDIMENTO			
Empreendedor	José Francisco da Rocha		
Empreendimento	Comunidade Ribeirão		
Coordenadas do Empreendimento	Latitude	16°03'40.87"S	DATUM: Sirgas 2000
	Longitude	44°31'24.47"O	

1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A perfuração foi realizada na Comunidade Ribeirão em uma parte de terreno doado do Sr. José Francisco da Rocha para a Prefeitura do Município de São Francisco – MG.

A obra teve início no dia 20/03/2024 e foi encerrada no dia 29/03/2024.

A região onde foi realizada a obra, está localizada, conforme análise do mapa de Unidades Geológicas, em um domínio das **Coberturas Sedimentares Proterozóicas, não ou muito pouco sobradas e metamorfizadas**, unidade geológica de **Predomínio de sedimentos siltico-argilosos com intercalações subordinadas de rochas calcárias**, e, os litotipos comumente encontrados no local são: **Calcário, Marga, Folhelho, Ardósia e Siltito**. O aquífero é do tipo **granular/fissural** e a rocha é classificada como **sedimentar**.

2. PERFURAÇÃO

A perfuração do poço tubular profundo foi iniciada utilizando um bit com diâmetro de 10" (dez polegadas), na profundidade de 0 a 7 metros, atingindo um material que apresentava mais resistência e características de rocha. Dessa forma, a equipe deu prosseguimento ao processo instalando o revestimento, totalizando 7m de tubo de aço carbono de 6" (seis polegadas) instalados.

Após a instalação dos 7 metros em revestimento, a perfuração continuou no diâmetro de 6" (seis polegadas) por uma extensão de 125 metros. No decorrer dessa profundidade, ocorreu



INSTRUKSI

1. Sebelum digunakan, pastikan terlebih dahulu bahwa alat ini telah terpasang dengan benar. Perhatikan petunjuk pemasangan yang tertera pada kemasan produk. Pastikan juga bahwa alat ini telah terpasang pada permukaan yang rata dan bersih. Setelah terpasang, pastikan bahwa alat ini telah terpasang dengan benar dan tidak ada bagian yang rusak atau terdapat masalah lainnya. Setelah selesai, pastikan bahwa alat ini telah terpasang dengan benar dan tidak ada bagian yang rusak atau terdapat masalah lainnya.

DAFTAR ISI

1. PENDAHULUAN

1.1. Tujuan Instruksi
1.2. Ruang Lingkup Instruksi
1.3. Sasaran Instruksi
1.4. Manfaat Instruksi
1.5. Cara Penggunaan Instruksi

2. CARA PENYALATAN ALAT

2.1. Cara Penyalaan Alat
2.2. Cara Penyalakan Alat
2.3. Cara Penyalakan Alat
2.4. Cara Penyalakan Alat
2.5. Cara Penyalakan Alat
2.6. Cara Penyalakan Alat
2.7. Cara Penyalakan Alat
2.8. Cara Penyalakan Alat
2.9. Cara Penyalakan Alat
2.10. Cara Penyalakan Alat

3. PENYALATAN ALAT

3.1. Cara Penyalaan Alat
3.2. Cara Penyalakan Alat
3.3. Cara Penyalakan Alat
3.4. Cara Penyalakan Alat
3.5. Cara Penyalakan Alat
3.6. Cara Penyalakan Alat
3.7. Cara Penyalakan Alat
3.8. Cara Penyalakan Alat
3.9. Cara Penyalakan Alat
3.10. Cara Penyalakan Alat

variação das características do material, sendo que em alguns pontos ele apresentava granulometrias diferentes, de baixa resistência e baixa coesão, o que é descrito como depósito de argila.

A Perfuração total finalizou em 132 metros perfurados, com duas passagens de argila encontrados com 70 metros e 110 metros, dificultando assim que o poço pudesse produzir água em boas condições para a comunidade beneficiada.

A equipe julgou necessário a instalação de tubos e filtros em PVC Geomecânico 4" (quatro polegadas) para que o mesmo forme uma barreira no qual, qualquer detrito ou impurezas que venham das passagens de argila mencionadas possam ser retidos. Visando essa necessidade, a equipe precisou retornar para que pudessem buscar os materiais indicados com a intenção de fornecer materiais da melhor qualidade, o qual levou um tempo maior que o convencional para finalizar o poço em questão.

Assim, para a instalação dos filtros, fora utilizado 112 metros de revestimento em PVC Geomecânico 4" (quatro polegadas), bem como, 20 metros de filtro em PVC Geomecânico Stander, totalizando assim, 132 metros de revestimento e filtro.

Quadro 1: Resumo de utilização de revestimentos e filtros adicionais

Descrição	Diâmetro	Quantidade (m)
Tubo PVC Geomecânico	4"	112
Filtro PVC Geomecânico Stander	4"	20

3. ORIENTAÇÕES

Orienta-se manter a manutenção do poço para que não haja nenhum tipo de entupimento que possa prejudicar o bom funcionamento da bomba instalada.

São Francisco, 11 de julho de 2024.

CAMILA NUNES DA SILVA:0896033260
7

Assinado de forma digital por
CAMILA NUNES DA
SILVA:08960332607
Dados: 2024.07.11 12:09:27
-03'00'

Camila Nunes da Silva
Engenheira de Minas



TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

CREDOR: Gildinei Saraiva Da Silva, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R.G. nº 14.979.834 e CPF nº 078.323.576-30, residente e domiciliado à Av. Montes Claros, 1829, João Aguiar, 39300-000, São Francisco, Minas Gerais.

DEVEDOR: Prefeitura Municipal de São Francisco, portador da cédula de identidade CNPJ nº 22.679.153/0001-40, residente e domiciliado à av. montes claros, 243, centro, 39300-000, São Francisco, Minas Gerais.

Têm entre si, justo e acordado, o presente termo para o reconhecimento de dívida e renegociação de pagamento, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O CREDOR é o titular do crédito no valor R\$ R\$ 23.760,00 (vinte e três mil, setecentos e sessenta reais), oriundo do serviço de instalação de tubos e filtros de pvc geomecanico de 4 polegadas para Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hidrica, o qual, o DEVEDOR reconhece a dívida e ajusta no presente termo a forma do devido pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE PAGAMENTO

2.1 O pagamento da referida dívida ora reconhecida, será feito da seguinte forma:

- Pagamento será efetuado em somente uma parcela R\$ 23.760.00 (vinte e três mil e setecentos e sessenta reais)



CLÁUSULA TERCEIRA - DO DESCUMPRIMENTO

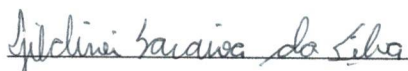
3.1 O descumprimento deste acordo ensejará, a partir do inadimplemento, juros de mora de 2.60%, acrescido de multa por inadimplemento de 10% sobre o valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

5.1 Para dirimir eventuais litígios decorrentes deste contrato, as partes elegem o FORO da Comarca de São Francisco - MG.

5.2 E por assim estarem justas e contratadas, declaram-se cientes e esclarecidas quanto ao teor das cláusulas deste instrumento, firmando-o em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produzam os devidos e legais efeitos.

São Francisco, MG, 16 de Julho de 2024


Gildinei Saraiva da Silva

Prefeito Municipal



Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

**Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e
Infraestrutura Hídrica.**

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

Referente ao Processo nº 1926/2025

Deferimento

Defiro pelo reconhecimento da dívida pois, o serviço foi executado conforme relato nas páginas 6 e 7 do processo, para que não houvesse perda total do poço .

São Francisco MG, 12 de julho de 2024.

Conceição Damião Vieira

Conceição Damião Vieira
Secretaria Municipal de Agricultura,
Ação Comunitária, Meio Ambiente e
Infraestrutura Hídrica

**Secretário Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura
Hídrica.**

TERMO DE REMESSA
Aos 30 de 07 de 2025
remessa de presentes autis ao (a)
PJ
8





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

Referente ao Processo nº 1926/2025

Deferimento

Defiro pelo reconhecimento da dívida pois, o serviço foi executado conforme relato nas páginas 6 e 7 do processo, para que não houvesse perca total do poço .

São Francisco MG, 31 de julho de 2025.

Conceir Damião Vieira
Secretário Municipal
de Meio Ambiente

Secretário Municipal de Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

PARECER TÉCNICO JURÍDICO

Processo : 1926/2025
Objeto : Reconhecimento de dívida
Interessado : Gildinei Saraiva da Silva

Relatório

Trata-se de Procedimento Administrativo nº 1926/2025, instaurado pela empresa GILDINEI SARAIVA DA SILVA – ME, inscrita sob CNPJ10.887.615/0001-35, sob o nome de fantasia Shalon Construções e Poços artesanos, com sede administrativa na Av. Montes Claros, nº 1829, bairro João Aguiar, neste Município, por intermédio de seu representante legal, onde requer o reconhecimento de dívida por serviços efetivamente prestados à Prefeitura de São Francisco.

Alega que fora contratada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica para a perfuração de poço artesiano na Comunidade de Ribeirão, em imóvel de propriedade do Sr. José Francisco da Rocha, que previamente formalizou a cessão de parte daquele terreno ao Município de São Francisco.

Os serviços foram prestados naquela comunidade no período entre 20.03.2024 a 29.03.2024, para abertura de poço artesiano para atender a demanda da população ali residente.

O poço fora perfurado por sonda rotatória, atingindo uma profundidade de 132 (cento trinta e dois) metros, exigindo a instalação de 112 (cento e doze) de tubo PVC geomecânico, diâmetro 4" e 20 (vinte) metros de filtro PVC geomecânico Standard, diâmetro 4".



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

Os serviços foram efetivamente prestados, conforme atesta a unidade requisitante e o valor total pela perfuração, bem como, pelos materiais utilizados totaliza R\$ 23.760,00 (vinte três mil setecentos e sessenta reais).

Pugna pelo pagamento dos serviços efetivamente prestados.

É o relato sucinto.

Da efetiva prestação dos serviços

A efetiva prestação dos serviços se fez lastrear pela certidão administrativa exarada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica da Prefeitura de São Francisco, através da qual consigna a perfuração do poço, na forma e no local descritos no procedimento administrativo, sem qualquer pendência que obste o pagamento.

Da justificativa administrativa para a contratação dos serviços

Os serviços de perfuração de poços artesianos são reputados essenciais e estão diretamente voltados para o bem estar e visam assegurar condições de vida e saúde pública para a população ali residente, com a disponibilização de água para consumo humano e outras atividades indispensáveis.

É fato público que a região Norte de Minas é caracterizada pela escassez hídrica e a perfuração de poços artesianos é medida que melhor se adéqua aos interesses coletivos, vez que a distribuição de água através de caminhões pipas é medida paliativa, precária e extremamente onerosa para o erário municipal.

Se tornou pacífico o entendimento de que a Administração Pública, independente de vinculação ou extrapolação contratual, deve pagar por serviços efetivamente prestados.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Resp nº 1365600/RJ, sob a

relatoria da Min. Regina Helena Costa, reconheceu a obrigação de a Administração Pública pagar por serviços efetivamente prestados, mesmo que decorrente de contrato declarado nulo, sob o princípio da proibição de locupletamento sem justa causa, e ainda, de a Administração Pública não se beneficiar da própria torpeza.

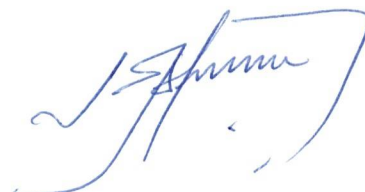
Do entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) sobre o reconhecimento e pagamento de dívidas sem lastro contratual

A Constituição Federal, em seu art. 37, inc. XXI, assegura a manutenção das condições efetivas da proposta que deu origem ao contrato. Por força dessa garantia, ocorrendo o desequilíbrio da equação econômico-financeira formada no momento da apresentação da proposta pela empresa contratada, surge para a Administração contratante o dever de restabelecer a relação de equivalência firmada entre encargos (custo) e remuneração (preço).

Para tanto, o ordenamento jurídico prevê mais de um instituto a ser empregado, conforme a situação que provocar a quebra da condição de equivalência. Cumpre à Administração, em cada caso, aplicar o instrumento apto a implementar o reequilíbrio, optando entre reajuste, revisão e repactuação.

“ PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO VERBAL. SUBCONTRATAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL DE TODESCATO TERRAPLANAGEM LTDA. OBRIGAÇÃO DE O ENTE PÚBLICO EFETUAR O PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO E DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULAS 283/SF E 284/STF.

1. Trata-se, na origem, de ação de cobrança ajuizada contra o Município de Bento Gonçalves visando condenar o réu a indenizá-la pela prestação de serviços, contratados verbalmente, no período de 24.3.2012 até 8.9.2012, de retroescavadeira, pá carregadeira, caminhão toco e prancha para transporte de equipamentos. Aduziu que o valor total dos serviços é de R\$ 102.570,20, mas que pende de pagamento a quantia de R\$ 85.068,70 válidos para fevereiro de 2017.
(...)



5. A jurisprudência do STJ é de que, mesmo que seja nulo o contrato realizado com a Administração Pública, por ausência de prévia licitação, é devido o pagamento pelos serviços prestados, desde que comprovados, nos termos do art. 59, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.

6. O STJ reconhece que, ainda que ausente a boa fé do contratado e que tenha ele concorrido para nulidade, é devida a indenização pelo custo básico do serviço, sem qualquer margem de lucro.

7. A inexistência de autorização da Administração para subcontratação é insuficiente para afastar o dever de indenização, no caso dos autos, porque a própria contratação foi irregular, haja vista que não houve licitação e o contrato foi verbal. Assim, desde que provada a existência de subcontratação e a efetiva prestação de serviços, ainda que por terceiros, e que tais serviços se reverteram em benefício da Administração, será devida a indenização dos respectivos valores.


Na mesma linha: REsp n. 468.189/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 18/3/2003, DJ de 12/5/2003, p. 221.”

Do entendimento da AGU (Advocacia Geral da União) sobre o reconhecimento administrativo de dívidas

A Advocacia Geral da União ao analisar o mérito da questão suscitada neste expediente, qual seja, a obrigação de a Administração Pública pagar por serviços efetivamente prestados por terceiros, sem o devido lastro contratual, exarou seu entendimento sobre o cabimento e legalidade de tal proceder, através da Orientação Normativa nº 04 de 1º de abril de 2019, que justificou o dever líquido e certo do(s) prestador(es) de serviços contratados informalmente pela Administração, em receber pelo que entregou, prestou ou executou. Transcrevemos:

“ ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 1º DE ABRIL DE 2009

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA.

INDEXAÇÃO: INDENIZAÇÃO. DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL. CONTRATO NULO. CONTRATO VERBAL. RECONHECIMENTO. RESPONSABILIDADE. REFERÊNCIA: arts. 59, parágrafo único, 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 63, Lei nº 4.320, de 1964; Acórdão TCU 375/1999-Segunda Câmara.

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

Do entendimento do TCEMG (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais) sobre o reconhecimento administrativo de dívidas

No mesmo diapasão, o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já teve a oportunidade de externar seu entendimento a respeito do pagamento por serviços contratados sem lastro contratual formal pela Administração Pública. O Boletim de Jurisprudência TCEMG nº 174, de novembro/2017, ao compilar julgados daquela Corte de Contas, sedimentou a uniformização de jurisprudência nos seguintes termos :

“ Lado outro, em análise mais abrangente pelo relator, não se pode olvidar a legitimidade de o credor recorrer à Administração Pública ou ao Poder Judiciário para ter o seu direito resguardado, ainda que a despesa não tenha sido empenhada no momento devido. Até porque não pode haver enriquecimento sem causa por parte da Administração, impingindo prejuízo ao fornecedor de bem ou serviço que, de boa-fé, obrou, não se eximindo, porém, os agentes públicos de suas responsabilidades legais. No tocante à abertura de crédito especial, e na esteira da resposta dada à Consulta nº 712258, respondida por este Tribunal, na Sessão de 25/10/2006, a abertura de tal espécie de crédito adicional somente será possível na hipótese de não estar previsto na Lei Orçamentária Anual programa ou ação correlata à despesa que se pretende executar. A Consulta foi respondida nos termos do voto do relator (Consulta n. 951243, rel. Conselheiro Gilberto Diniz, 29/11/2017).”





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

Assim, resta pacífico o entendimento nas searas doutrinária e jurisprudencial, de que a efetiva prestação de serviços para a Administração Pública, deve ser escorreitamente liquidada e paga, em acatamento aos princípios da legalidade e da moralidade. Em primeiro, para que o prestador de serviços/fornecedor que agiu de boa fé não amargue prejuízo por pressupor a legitimidade da Administração em contratar; em segundo, para a Administração Pública não se locuplete, sem justa causa, em detrimento de terceiros.

Isto posto, **ESPOSO OS MESMOS FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS EXARADOS EM PARECERES ANTERIORES E CORRELATOS NO SENTIDO DE QUE A PRETENSÃO DA EMPRESA GILDINEI SARAIVA DA SILVA-ME EM RECEBER POR SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS REFERENTES À PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO NA COMUNIDADE DE RIBEIRÃO, NO VALOR DE R\$ 23.760,00 (VINTE TRÊS MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS), É LEGAL, DIANTE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, EM ESPECIAL, PELA PROVIMENTO INSERTO NA CONSULTA TCEMG Nº 951.243.**

Diante do fato de que os serviços foram contratados e executados no Exercício Financeiro anterior, o empenho e pagamento de tal despesa somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, vez não existir dotação orçamentária no orçamento vigente para lastrear a referida despesa.

Este é o parecer.


ILÍDIO ANTONIO DOS SANTOS

Assessor e Consultor Jurídico – OAB/MG 69.877

São Francisco, 02 de agosto de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000- FONE: (38) 3631-1368

PROJETO DE LEI Nº 56/2025

**Autoriza o reconhecimento de dívida
não paga no Exercício Financeiro
anterior e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de São Francisco decreta:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar e liquidar, se necessário for, e posteriormente pagar dívida do exercício vigente no importe de **R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)** em favor da empresa **GILDINEI SARAIVA DA SILVA LTDA**, inscrita sob CNPJ 10.887.615/0001-35, em razão da prestação de serviços de perfuração de poço artesiano na Comunidade de Barreiro das Cabeceiras, zona rural deste Município.

Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento desta lei serão lastreadas pelas dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Francisco, 02 de setembro de 2025.

DANIEL FONSECA ROCHA
Presidente da Câmara



2209,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 22.679.153/0001-40

**PROCESSO Nº.
2530/2024**

INTERESSADO: GILDINEI SARAIVA DA SILVA - LTDA

ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

AUTUAÇÃO: 26/08/2024 Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Francisco autua o presente processo.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
TELEFONE: (03) 8363 - 1161
CNPJ: 22679153/0001-40



PROCESSO Nº:	1384/2024	PROTOCOLO GERAL:	2530/2024
TITULAR:	GILDINEI SARAIVA DA SILVA		
CNPJ:	10887615000135		
ASSUNTO	SOLICITAÇÃO (FAZ)		
LOGRADOURO:	AV. MONTES CLAROS, 1829		
BAIRRO:	JOÃO AGUIAR		
MUNICÍPIO:	SAO FRANCISCO		
DATA:	26/09/2024		

OUTROS DADOS

SOLICITA RECONHECIMENTO DE DIVIDA. FONE:999073071

DOCUMENTOS

ASSINATURAS

TIT./REQ.: *x* *Gildinei Saraiva da Silva*
GILDINEI SARAIVA DA SILVA

EMISSOR:
EVA CRISTINA RODRIGUES PEREIRA RAPOSO

ASSINATURA RETIRADA DE DOCUMENTOS

DATA: ____/____/____

NOME:

CPF/CI:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

GILDINEI SARAIVA DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

14979834

SSP

MG

CPF

078.323.576-30

DATA NASCIMENTO

21/09/1985

FILIAÇÃO

JOAO PEREIRA DA SILVA

BALDEZ

IRACEMA SARAIVA BALDEZ

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AB

Nº REGISTRO

04818372173

VALIDADE

05/10/2031

1ª HABILITAÇÃO

17/11/2009

OBSERVAÇÕES

Gildinei Saraiva da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

SAO FRANCISCO, MG

DATA EMISSÃO

06/10/2021

Eurico da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG

ASSINATURA DO EMISSOR

29288218906

MG603361870

MINAS GERAIS

DETRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2275828491

PROIBIDO PLASTIFICAR

2275828491



RELATÓRIO TÉCNICO

Perfuração de poço tubular profundo



APRESENTAÇÃO

O presente relatório foi elaborado de acordo com o seguimento dos passos da perfuração realizada no poço abaixo caracterizado o qual seguiu as normas NBR 12212 - Projeto de poço tubular profundo para captação de água subterrânea; NBR 12244 - Construção de poço tubular profundo para captação de água subterrânea e NBR's 13604/13605/13606/130607/13608 – Dispõe sobre tubos de PVC para poços tubulares profundos.

FICHA TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR/EMPREENDIMENTO			
Empreendedor	Abílio de Jesus Silva		
Empreendimento	Comunidade Barreiro das Cabeceiras		
Coordenadas do Empreendimento	Latitude	16°04'23.90"S	DATUM: Sirgas 2000
	Longitude	44°53'09.90"O	

1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A perfuração foi realizada na Comunidade Barreiro das Cabeceiras em uma parte de terreno doado do Sr. Abílio de Jesus Silva para a Prefeitura do Município de São Francisco – MG.

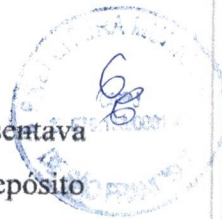
A obra teve início no dia 09/04/2024 e foi encerrada no dia 17/09/2024. (4)

A região onde foi realizada a obra, está localizada, conforme análise do mapa de Unidades Geológicas, em um domínio das **Coberturas Sedimentares Proterozóicas, não ou muito pouco sobradas e metamorfizadas**, unidade geológica de **Rochas Calcárias com intercalações subordinadas de sedimentos siltico-argilosos e arenosos**, e, os litotipos comumente encontrados no local são: **Argilito, Siltito, Marga e Calcarenito**. O aquífero é do tipo **Cárstico** e a rocha é classificada como **sedimentar**.

2. PERFURAÇÃO

A perfuração do poço tubular profundo foi iniciada utilizando um bit com diâmetro de 8,5" (oito polegadas e meia), na profundidade de 0 a 80 metros, atingindo um material que apresentava mais resistência e características de rocha. Dessa forma, a equipe deu prosseguimento ao processo instalando o revestimento, totalizando 80m de tubo de aço carbono de 6" (seis polegadas) instalados.

Após a instalação dos 80 metros em revestimento, a perfuração continuou no diâmetro de 6" (seis polegadas) por uma extensão de 4 metros. No decorrer dessa profundidade, ocorreu



variação das características do material, sendo que em alguns pontos ele apresentava granulometrias diferentes, de baixa resistência e baixa coesão, o que é descrito como depósito de argila.

A Perfuração total finalizou em 84 metros perfurados, com duas passagens de argila encontrados com 50 metros e 70 metros, dificultando assim que o poço pudesse produzir água em boas condições para a comunidade beneficiada.

A equipe julgou necessário a instalação de revestimento e filtros em PVC Geomecânico 4" (quatro polegadas) para que o mesmo forme uma barreira no qual, qualquer detrito ou impurezas que venham das passagens de argila mencionadas possam ser retidos. Visando essa necessidade, a equipe precisou retornar para que pudessem buscar os materiais indicados com a intenção de fornecer materiais da melhor qualidade, o qual levou um tempo maior que o convencional para finalizar o poço em questão.

Assim, para a instalação do revestimento e filtros em PVC Geomecânico 4" (quatro polegadas), fora utilizado 15 tubos de 4 metros (revestimento) e 10 tubos de 2 metros (filtro) como mencionado abaixo.

Quadro 1: Resumo de utilização de revestimentos e filtros adicionais

Descrição	Diâmetro	Quantidade (m)
Tubo PVC Geomecânico	4"	60
Filtro PVC Geomecânico	4"	20

3. ORIENTAÇÕES

Orienta-se manter a manutenção do poço para que não haja nenhum tipo de entupimento que possa prejudicar o bom funcionamento da bomba instalada.

São Francisco, 23 de setembro de 2024.

CAMILA NUNES DA
SILVA:0896033260

7

Assinado de forma digital
por CAMILA NUNES DA
SILVA:08960332607
Dados: 2024.09.23 11:40:36
-03'00'

Camila Nunes da Silva
Engenheira de Minas


Proc. 2530/2024

Vistos etc...

- I) Remeta-se a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para manifestar.

São Francisco, 09/10/2024.


Carlos Pereira de Carvalho Junior
Procurador Municipal

TERMO DE REMESSA
Aos 10 de 10 de 2024
remiti os presentes autos ao (a)
Agricultura e Meio Ambiente




REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos

PJ

Sao Francisco-MG 26 / 09 / 24

Assinatura Eva Cristina



DEFIRO PELO RECONHECIMENTO DA DÍVIDA, POIS O SERVIÇO FOI EXECUTADO CONFORME RELATADO NA PAGINA 526 DO PROCESSO. PARA QUE O POSSO NAO OVER PERCA TOTAL.

SÃO FRANCISCO 15/10/2024

[Signature]
 Conceição Damiano Vieira
 Secretário M. de Agricultura,
 Ação Comunitária, Meio
 Ambiente e Inf. Hídrica

REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos

PJ

Sao Francisco-MG 15 / 10 / 24

Assinatura Eva Cristina



TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

CREDOR: Gildinei Saraiva Da Silva, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R.G. nº 14.979.834 e CPF nº 078.323.576-30, residente e domiciliado à Av. Montes Claros, 1829, João Aguiar, 39300-000, São Francisco, Minas Gerais.

DEVEDOR: Prefeitura Municipal de São Francisco, portador da cédula de identidade CNPJ nº 22.679.153/0001-40, residente e domiciliado à av. montes claros, 243, centro, 39300-000, São Francisco, Minas Gerais.

Têm entre si, justo e acordado, o presente termo para o reconhecimento de dívida e renegociação de pagamento, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O CREDOR é o titular do crédito no valor R\$ R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), oriundo do serviço de instalação de tubos e filtros de pvc geomecanico de 4 polegadas para Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica, o qual, o DEVEDOR reconhece a dívida e ajusta no presente termo a forma do devido pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE PAGAMENTO

2.1 O pagamento da referida dívida ora reconhecida, será feito da seguinte forma:



- Pagamento será efetuado em somente uma parcela R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO DESCUMPRIMENTO

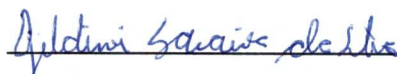
3.1 O descumprimento deste acordo ensejará, a partir do inadimplemento, juros de mora de 2.60%, acrescido de multa por inadimplemento de 10% sobre o valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

5.1 Para dirimir eventuais litígios decorrentes deste contrato, as partes elegem o FORO da Comarca de São Francisco - MG.

5.2 E por assim estarem justas e contratadas, declaram-se cientes e esclarecidas quanto ao teor das cláusulas deste instrumento, firmando-o em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produzam os devidos e legais efeitos.

São Francisco, MG, 25 de Setembro de 2024


Gildinei Saraiva da Silva

Prefeito Municipal



Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____



Vistos etc...

- I) Remeta-se ao Controle Interno, para manifestar.

Tudo feito retorne os autos a Procuradoria Jurídica.

São Francisco, 19/11/2024.

TERMO DE REMESSA		
Aos	25	de 11 de 2024
remiti os presentes autos ao (á)		
Controle Interno		

Nair dos Santos Martins
Matrícula 4021



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

CONTROLADORIA MUNICIPAL

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

RAD nº 051/2024

Serviço: Controladoria Interna Municipal

Referente: Processo nº 2530/2024

Interessado: Gildinei Saraiva da Silva – LTDA.

Assunto: Reconhecimento de Dívida

Autuado em: 26/08/2024

Páginas: 01 a 11



São Francisco, 02 de dezembro de 2024.

Prezados Senhores;

A pedido da Procuradoria Jurídica veio para análise o **PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº 2530/2024, autuado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal em 26/08/2024 no intuito da Controladoria manifestar no processo. Primeiramente verificamos que:

1. O requerente Gildinei Saraiva da Silva, CPF nº 078.323.576-30, apresentou Relatório Técnico (Perfuração de poço tubular profundo) datado de 23/09/2024, informando que a perfuração foi realizada na comunidade de Barreiro das Cabaceiras em uma parte de terreno doado pelo Sr. Abílio de Jesus Silva para a Prefeitura Municipal de São Francisco-MG e que a obra teve início no dia 09 de abril de 2024 e foi encerrada no dia 17/09/2024.
2. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG através da **Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica**, em 15/10/2024 o Secretário Conceir Damião Vieira deferiu o pedido do **RECONHECIMENTO DA DÍVIDA**, pois o serviço foi executado conforme relatado na página 5 e 6 do processo, para que o posso não houvesse perca total (fls. 7).
3. Em 25/09/2024 Gildinei Saraiva da Silva informou no **Termo de Reconhecimento de Dívida** que é o titular do Crédito no valor de R\$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), em única parcela, oriundo do serviço de instalação de tubos e filtros de PVC geomecânico de 4 polegadas para a **Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica**, o qual, o devedor reconhece a dívida e ajusta no presente termo a forma do devido pagamento (fls. 08/09).

Após análise das folhas 01 a 11 acima manifestamos que o Secretária Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica não informou o numero do Processo Licitatório que deu origem, contrato, nota de empenho, quem solicitou e quem autorizou o serviço para que a despesa seja reconhecida e emitido a Nota de Liquidação da Despesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

CONTROLADORIA MUNICIPAL

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



- a. A despesa foi realizada sem observar os princípios básicos instituídos no artigo 37, caput, da Constituição da República, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e os artigos 60 a 64 da Lei Federal 4.320/1964 abaixo mencionados:

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

§ 2º Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

§ 3º É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor **tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.**

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

- b. O Ordenador da Despesa da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Ação Comunitária e Infraestrutura Hídrica, manifestou (fls. 7) apenas deferindo o pedido em favor do requerente pelo RECONHECIMENTO DA DÍVIDA, pois o serviço foi executado conforme relatado na página 5 e 6 do processo, para que o posso não houvesse perca total (fls. 7) **sem observar nem mencionar** quanto a legalidade, legitimidade, economicidade da despesa. E não informou quem recebeu os serviço e o material: 60 unidades de Tubos PVC 4"; 20 unidades Filtro PVC Geomecânico 4 (fls.06) e não manifestou acerca do atendimento ou não a Comunidade Barreiro das Cabaceiras beneficiada com o Posso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

CONTROLADORIA MUNICIPAL

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



SUGERIMOS QUE:

- I. A Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica faça juntada no **Processo do Relatório de Produção do Serviço** (devidamente preenchido e assinado pelo responsável por ordenar e receber o serviço);
- II. Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica faça juntada do **Relatório Fotográfico** da execução do serviço;
- III. Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica apresente **Lista dos beneficiados** na Comunidade de Barreira das Cabaceiras;
- IV. A Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica faça juntada no **Processo do Termo de Cessão de Uso do Terreno** do Sr. Abílio de Jesus Silva e a autorização para abertura do Posso tubular.
- V. A Procuradoria Jurídica encaminhe o Processo ao **Setor de Contabilidade** a fim de que manifeste quanto a existência ou não de **dotação orçamentária** da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Ação Comunitária e Infraestrutura Hídrica para o pagamento da despesa;
- VI. A Procuradoria Jurídica encaminhe o processo a **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, a fim de que manifeste quanto a **existência de recursos financeiros** para pagamento da despesa.
- VII. A Procuradoria Jurídica do município emita **Parecer Técnico Jurídico** conclusivo nos termos do artigo 37 da Constituição Federal quanto aos princípios básicos da administração pública: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, quanto aos artigos 60 a 64 da Lei nº 4.320/1964 acima mencionados e quanto ao **reconhecimento da dívida**.
- VIII. A **Procuradoria Jurídica**, que após a finalização do procedimento, encaminhe **cópia do processo nº 2530/2024 na íntegra para a Corregedoria Municipal** com o objetivo de apurar a responsabilidade de quem deu causa;

É o que manifestamos para o momento,

Cordialmente,


Célio José de Souza
Controlador Interno

Célio José de Souza
Controlador Interno

TERMO DE REMESSA

Aos 02 de 12 de 2024

PS

Con



Vistos etc...

Remetida-se a Sec. de Agricultura,
 PARA manifestar acerca do parecer do
 Conselho Interno

Srs PS, 10/01/2025.

Carlos Pereira de Carvalho Júnior
 Procurador Municipal

TERMO DE REMESSA

Aos 14 de 01 de 2025

remetidos presentes autos ao (á)

Sec. Agricultura

Nair dos Santos Martins
 Matrícula 4421

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Recursos Hídricos.

Rua Montes Claros n° 186 - Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40

Contrato de Cessão de Uso Gratuito de Área de Imóvel.

Instrumento Particular de Cessão de Uso de Imóvel que entre si fazem o Sr. José Francisco da Rocha, como CEDENTE e o Município de São Francisco, como CESSIONANÁRIO.

Pelo presente Termo de cessão de uso o (a) Sr (a). José Francisco da Rocha, produtor rural, portador do CPF: 508.671.306-44e CI:MG-3.590.491, Residente na Comunidade Ribeirão, município de São Francisco - MG; como CEDENTE e o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-MG, Inscrito no CNPJ:22.679.153/0001-40, com sede na AV: Montes Claros, n °.243, Bairro Centro, Nesta cidade de São Francisco estado de Minas Gerais, CEP: 39.300.000, neste ato representado pelo prefeito municipal, o Sr. Miguel Paulo Souza Filho, brasileiro, prefeito municipal, inscrito no CPF: 850.270.496-68 portador do CI: 06.193.382 SSP/MG, residente na AV: Montes Claros, n°. 243, Bairro Centro, em São Francisco-MG, a seguir designado simplesmente CESSIONÁRIO, resolvem celebrar o presente instrumento de cessão de uso Gratuito de imóvel, mediante as seguintes Cláusulas e condições.

1-CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Que sendo o CEDENTE o (a) senhor (a) e legítimo (a) possuidor (a) de 01 (um) Terreno, situada na Comunidade Ribeirão, neste município de São Francisco-MG, devidamente registrado no cartório de imóveis desta comarca que, pela, presente nos melhores termos de direito, o outorgante concede ao outorgado, parte do referido imóvel ao CESSIONÁRIO, para efeito de construção de um poço artesiano em prol da Associação Comunitária Ribeirão, para abastecimento de água potável aos moradores daquela região, no município de São Francisco-MG.

2-CLÁUSULA SEGUNDA: DA DELIMITAÇÃO.

** José Francisco da Rocha
Miguel Paulo Souza Filho*

Que o direito de uso será exercido sobre parte do aludido imóvel em uma faixa de 10 metros de comprimento por 10 metros de largura, com centro no ponto de coordenadas de LATITUDE (S) 16°4'15,30" e LONGITUDE (W) 44°30'56.40" e DATUM SIRGAS 200, confrontando com os terrenos de propriedade do CEDENTE em caráter exclusivo e único, para construção de um poço artesiano para proporcionar o abastecimento de água à comunidade rural da, inclusive se for o caso irrigação.

3-CLÁUSULA TECEIRA: DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

Que a presente Cessão Gratuita de uso é irrevogável e irretratável comprometendo-se os cedentes, por si, por seus herdeiros e sucessores, respeit-la, permitindo ao cessionário, por si ou por outra entidade por ela delegada, exercer livremente o seu direito de utilização, ficando este obrigado a manter em funcionamento o poço tubular comunitário nesta área instalado e consequentemente o perfeito fornecimento d'água à comunidade.

4-CLÁUSULA QUARTA: DOS DIREITOS

Que pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, fica o CESSIONARIO, por si ou por outra entidade por ele delegada, autorizado a utilizar a área delimitada na Cláusula Terceira, podendo nela construir as obras necessárias, bem como fazer a manutenção, operação e conservação do poço artesiano comunitário e das demais obras construídas, transitar livremente, enfim, praticar todos os atos concernentes ao uso da área.

5- CLÁUSULA QUINTA: DA GRATUIDADE

A presente cessão de uso é realizada de forma graciosa, sem quaisquer ônus ou condições, que não as estipuladas no presente instrumento, sendo permanente, irrevogável e irretratável, passando ativa e passivamente para os sucessores de ambas as partes.

6- CLÁUSULA SEXTA: DA TRANSMISSÃO DA POSSE

O CESSIONÁRIO ficará deste já emitido na posse da área delimitada, transmitindo-lhe o CEDENTE toda a posse, uso, direito e ação sobre a referida área, após o competente registro deste instrumento no Cartório de Imóveis da Comarca de São Francisco-MG,

7-CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

* José Francisco da Rocha
Miguel Rich Souza Filho

Fica eleito o foro da comarca de São Francisco-MG para dirimir quaisquer litígios futuros advindos do presente instrumento.

Estando assim CEDENTE e CESSIONÁRIO, juntos e contratados, assinam estes instrumentos em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo assinado, depois de lido e verificado estar de acordo com o foi estipulado.

São Francisco, 20 de Março de 2024.

CEDENTE:

José Francisco da Rocha

José Francisco da Rocha

CPF: 508.671.306-44

CESSIONÁRIO:

Raquel Rubi Junior Figueira

Prefeito Municipal

CNPJ: 22.679.153/0001-40

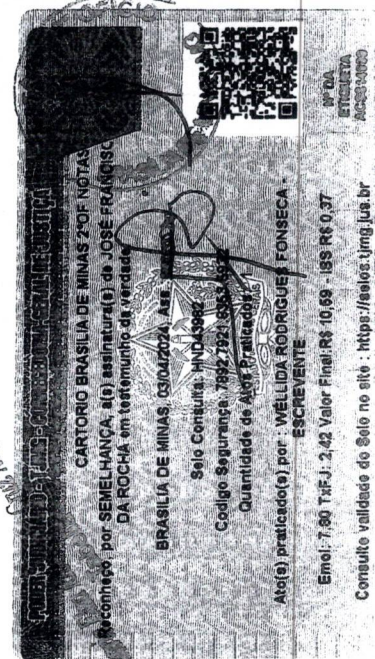
TESTEMUNHAS:

Daniel F. Rocha

CPF: 057.466.056-94

Ramires Ribeiro dos Santos Junior

CPF: 057-546-896-32



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Recursos Hídricos.

Rua Montes Claros n° 186 - Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40

Contrato de Cessão de Uso Gratuito de Área de Imóvel.

Instrumento Particular de Cessão de Uso de Imóvel que entre si fazem o Sr. Abilio de Jesus Silva, como CEDENTE e o Município de São Francisco, como CESSIONANÁRIO.

Pelo presente Termo de cessão de uso o (a) Sr (a). Abilio de Jesus Silva, portador do CPF: 794.299.126-15 e CI: SP-22.929.222-7, Residente na Comunidade Barreiro das Cabeceiras, município de São Francisco - MG; como CEDENTE e o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-MG, Inscrito no CNPJ:22.679.153/0001-40, com sede na AV: Montes Claros, n °.243, Bairro Centro, Nesta cidade de são Francisco estado de minas gerais, CEP: 39.300.000, neste ato representado pelo prefeito municipal, o Sr. Miguel Paulo Souza Filho, brasileiro, prefeito municipal, inscrito no CPF: 850.270.496-68 portador do CI: 06.193.382 SSP/MG, residente na AV: Montes Claros , n°. 243, Bairro Centro, em São Francisco-MG, a seguir designado simplesmente CESSIONARIO, resolvem celebrar o presente instrumento de cessão de uso Gratuito de imóvel, mediante as seguintes Cláusulas e condições.

1-CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Que sendo o CEDENTE o (a) senhor (a) e legítimo (a) possuidor (a) de 01 (um) Terreno, situada na Comunidade Barreiro das Cabeceiras, neste município de são Francisco-MG, devidamente registrado no cartório de imóveis desta comarca que, pela, presente nos melhores termos de direito, o outorgante concede ao outorgado, parte do referido imóvel ao CESSIONARIO, para efeito de construção de um poço artesiano em prol da Associação Comunitária Manoel Gonçalves da Silva, para abastecimento de água potável aos moradores daquela região, no município de São Francisco-MG.

2-CLÁUSULA SEGUNDA: DA DELIMITAÇÃO.

X Abilio de Jesus Silva



Que o direito de uso será exercido sobre parte do aludido imóvel em uma faixa de 10 metros de comprimento por 10 metros de largura, com centro no ponto de coordenadas de LATITUDE (S) 16°4'23,90" e LONGITUDE (W) 44°53'9,90" e DATUM SIRGAS 200, confrontando com os terrenos de propriedade do CEDENTE em caráter exclusivo e único, para construção de um poço artesiano para proporcionar o abastecimento de água à comunidade rural da, inclusive se for o caso irrigação.

3-CLÁUSULA TECEIRA: DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

Que a presente Cessão Gratuita de uso é irrevogável e irretratável comprometendo-se os cedentes, por si, por seus herdeiros e sucessores, respeit-la, permitindo ao cessionário, por si ou por outra entidade por ela delegada, exercer livremente o seu direito de utilização, ficando este obrigado a manter em funcionamento o poço tubular comunitário nesta área instalado e consequentemente o perfeito fornecimento d'água à comunidade.

4-CLÁUSULA QUARTA: DOS DIREITOS

Que pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, fica o CESSIONARIO, por si ou por outra entidade por ele delegada, autorizado a utilizar a área delimitada na Cláusula Terceira, podendo nela construir as obras necessárias, bem como fazer a manutenção, operação e conservação do poço artesiano comunitário e das demais obras construídas, transitar livremente, enfim, praticar todos os atos concernentes ao uso da área.


5- CLÁUSULA QUINTA: DA GRATUIDADE

A presente cessão de uso é realizada de forma graciosa, sem quaisquer ônus ou condições, que não as estipuladas no presente instrumento, sendo permanente, irrevogável e irretratável, passando ativa e passivamente para os sucessores de ambas as partes.

6- CLÁUSULA SEXTA: DA TRANSMISSÃO DA POSSE

O CESSIONÁRIO ficará deste já emitido na posse da área delimitada, transmitindo-lhe o CEDENTE toda a posse, uso, direito e ação sobre a referida área, após o competente registro deste instrumento no Cartório de Imóveis da Comarca de São Francisco-MG,

7-CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

X Abilio de Jesus Silva 

Fica eleito o foro da comarca de São Francisco-MG para dirimir quaisquer litígios futuros advindos do presente instrumento.

Estando assim CEDENTE e CESSIONÁRIO, juntos e contratados, assinam estes instrumentos em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo assinado, depois de lido e verificado estar de acordo com o foi estipulado.

São Francisco, 11 de Julho de 2024.

2º OFÍCIO
CEDENTE:

X Abilio de Jesus Silva

Abilio de Jesus Silva

CPF: 794.299.126-15

CESSIONÁRIO:

Miguel Roberto da Silva

Prefeito Municipal

CNPJ: 22.679.153/0001-40

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - COMARCA DE SÃO FRANCISCO

Cartório do 2º Ofício de Notas de São Francisco
reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
HXE59826) ABÍLIO DE JESUS SILVA *****

em testemunho da verdade.

São Francisco, 12/11/2024 11:12:19 5992

SELO DE CONSULTA: HXE59826

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8583.0461.7738.4003

quantidade de atos praticados: 01

o(s) praticado(s) por

AURÍCIO PEREIRA DOS SANTOS - Escrevente Autorizado

101:R\$7,80 TFJ:R\$2,42 Total:R\$10,22 ISS:R\$0,37

consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
ACD957361

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Recursos Hídricos.

Rua Montes Claros n° 186 - Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40

Contrato de Cessão de Uso Gratuito de Área de Imóvel.

Instrumento Particular de Cessão de Uso de Imóvel que entre si fazem o Sr. Ivaldo Oliveira Silva, como CEDENTE e o Município de São Francisco, como CESSIONANÁRIO.

Pelo presente Termo de cessão de uso o (a) Sr (a). Ivaldo Oliveira Silva, portador do CPF: 038.310.026-73 e CI MG- 15.888.854, Residente na Comunidade Cabeceira da Vargem, município de São Francisco - MG; como CEDENTE e o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-MG, Inscrito no CNPJ: 22.679.153/0001-40, com sede na AV: Montes Claros, n °. 243, Bairro Centro, Nesta cidade de São Francisco estado de Minas Gerais, CEP: 39.300.000, neste ato representado pelo prefeito municipal, o Sr. Miguel Paulo Souza Filho, brasileiro, prefeito municipal, inscrito no CPF: 850.270.496-68 portador do CI: 06.193.382 SSP/MG, residente na AV: Montes Claros, n°. 243, Bairro Centro, em São Francisco-MG, a seguir designado simplesmente CESSIONARIO, resolvem celebrar o presente instrumento de cessão de uso Gratuito de imóvel, mediante as seguintes Cláusulas e condições.

1-CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Que sendo o CEDENTE o (a) senhor (a) e legítimo (a) possuidor (a) de 01 (um) Terreno, situada na Comunidade Cabeceira da Vargem, neste município de São Francisco-MG, devidamente registrado no cartório de imóveis desta comarca que, pela, presente nos melhores termos de direito, o outorgante concede ao outorgado, parte do referido imóvel ao CESSIONARIO, para efeito de construção de um poço artesiano em prol da Associação Comunitária Cabeceira da Vargem, para abastecimento de água potável aos moradores daquela região, no município de São Francisco-MG.

2-CLÁUSULA SEGUNDA: DA DELIMITAÇÃO.

x Ivaldo Oliveira Silva



Que o direito de uso será exercido sobre parte do aludido imóvel em uma faixa de 10 metros de comprimento por 10 metros de largura, com centro no ponto de coordenadas de LATITUDE (S) 16°06'58.91" e LONGITUDE (W) 44°55.06.71" e DATUM SIRGAS 200, confrontando com os terrenos de propriedade do CEDENTE em caráter exclusivo e único, para construção de um poço artesiano para proporcionar o abastecimento de água à comunidade rural da, inclusive se for o caso irrigação.

3-CLÁUSULA TECEIRA: DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

Que a presente Cessão Gratuita de uso é irrevogável e irretratável comprometendo-se os cedentes, por si, por seus herdeiros e sucessores, respeit-la, permitindo ao cessionário, por si ou por outra entidade por ela delegada, exercer livremente o seu direito de utilização, ficando este obrigado a manter em funcionamento o poço tubular comunitário nesta área instalado e consequentemente o perfeito fornecimento d'água à comunidade.

4-CLÁUSULA QUARTA: DOS DIREITOS

Que pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, fica o CESSIONARIO, por si ou por outra entidade por ele delegada, autorizado a utilizar a área delimitada na Cláusula Terceira, podendo nela construir as obras necessárias, bem como fazer a manutenção, operação e conservação do poço artesiano comunitário e das demais obras construídas, transitar livremente, enfim, praticar todos os atos concernentes ao uso da área.

5- CLÁUSULA QUINTA: DA GRATUIDADE

A presente cessão de uso é realizada de forma graciosa, sem quaisquer ônus ou condições, que não as estipuladas no presente instrumento, sendo permanente, irrevogável e irretratável, passando ativa e passivamente para os sucessores de ambas as partes.

6- CLÁUSULA SEXTA: DA TRANSMISSÃO DA POSSE

O CESSIONÁRIO ficará deste já emitido na posse da área delimitada, transmitindo-lhe o CEDENTE toda a posse, uso, direito e ação sobre a referida área, após o competente registro deste instrumento no Cartório de Imóveis da Comarca de São Francisco-MG,

7-CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

* Valdo Oliveira Silva





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

PARECER TÉCNICO JURÍDICO

Processo : 2530/2024
Objeto : Reconhecimento de dívida
Interessado : Gildinei Saraiva da Silva

Relatório

Trata-se de Procedimento Administrativo nº 1926/2025, instaurado pela empresa GILDINEI SARAIVA DA SILVA – ME, inscrita sob CNPJ10.887.615/0001-35, sob o nome de fantasia Shalon Construções e Poços artesanos, com sede administrativa na Av. Montes Claros, nº 1829, bairro João Aguiar, neste Município, por intermédio de seu representante legal, onde requer o reconhecimento de dívida por serviços efetivamente prestados à Prefeitura de São Francisco.

Alega que fora contratada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica para a perfuração de poço artesiano na Comunidade de Barreiro das Cabeceiras, em imóvel de propriedade do Sr. Abílio de Jesus Silva, que previamente formalizou a cessão de parte daquele terreno ao Município de São Francisco.

Os serviços foram prestados naquela comunidade no período entre 09.04.2024 a 17.09.2024, para abertura de poço artesiano para atender a demanda da população ali residente.

O poço fora perfurado por sonda rotatória, atingindo uma profundidade de 84 (oitenta e quatro) metros, exigindo a instalação de 60 (sessenta metros) de tubo PVC geomecânico, diâmetro 4" e 20 (vinte) metros de filtro PVC geomecânico Standard, diâmetro 4".



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

Os serviços foram efetivamente prestados, conforme atesta a unidade requisitante e o valor total pela perfuração, bem como, pelos materiais utilizados totaliza R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Pugna pelo pagamento dos serviços efetivamente prestados.

É o relato sucinto.

Da efetiva prestação dos serviços

A efetiva prestação dos serviços se fez lastrear pela certidão administrativa exarada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica da Prefeitura de São Francisco, através da qual consigna a perfuração do poço, na forma e no local descritos no procedimento administrativo, sem qualquer pendência que obste o pagamento.

Da justificativa administrativa para a contratação dos serviços

Os serviços de perfuração de poços artesianos são reputados essenciais e estão diretamente voltados para o bem estar e visam assegurar condições de vida e saúde pública para a população ali residente, com a disponibilização de água para consumo humano e outras atividades indispensáveis.

É fato público que a região Norte de Minas é caracterizada pela escassez hídrica e a perfuração de poços artesianos é medida que melhor se adéqua aos interesses coletivos, vez que a distribuição de água através de caminhões pipas é medida paliativa, precária e extremamente onerosa para o erário municipal.

Se tornou pacífico o entendimento de que a Administração Pública, independente de vinculação ou extrapolação contratual, deve pagar por serviços efetivamente prestados.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Resp nº 1365600/RJ, sob a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

relatoria da Min. Regina Helena Costa, reconheceu a obrigação de a Administração Pública pagar por serviços efetivamente prestados, mesmo que decorrente de contrato declarado nulo, sob o princípio da proibição de locupletamento sem justa causa, e ainda, de a Administração Pública não se beneficiar da própria torpeza.

Do entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) sobre o reconhecimento e pagamento de dívidas sem lastro contratual

A Constituição Federal, em seu art. 37, inc. XXI, assegura a manutenção das condições efetivas da proposta que deu origem ao contrato. Por força dessa garantia, ocorrendo o desequilíbrio da equação econômico-financeira formada no momento da apresentação da proposta pela empresa contratada, surge para a Administração contratante o dever de restabelecer a relação de equivalência firmada entre encargos (custo) e remuneração (preço).

Para tanto, o ordenamento jurídico prevê mais de um instituto a ser empregado, conforme a situação que provocar a quebra da condição de equivalência. Cumpre à Administração, em cada caso, aplicar o instrumento apto a implementar o reequilíbrio, optando entre reajuste, revisão e repactuação.

“ PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO VERBAL. SUBCONTRATAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL DE
TODESCATO TERRAPLANAGEM LTDA. OBRIGAÇÃO DE O ENTE PÚBLICO EFETUAR O PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO E DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO
DEFICIENTE. SÚMULAS 283/SF E 284/STF.

1. Trata-se, na origem, de ação de cobrança ajuizada contra o Município de Bento Gonçalves visando condenar o réu a indenizá-la pela prestação de serviços, contratados verbalmente, no período de 24.3.2012 até 8.9.2012, de retroescavadeira, pá carregadeira, caminhão toco e prancha para transporte de equipamentos. Aduziu que o valor total dos serviços é de R\$ 102.570,20, mas que pende de pagamento a quantia de R\$ 85.068,70 válidos para fevereiro de 2017.

(...)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

5. A jurisprudência do STJ é de que, mesmo que seja nulo o contrato realizado com a Administração Pública, por ausência de prévia licitação, é devido o pagamento pelos serviços prestados, desde que comprovados, nos termos do art. 59, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.

6. O STJ reconhece que, ainda que ausente a boa fé do contratado e que tenha ele concorrido para nulidade, é devida a indenização pelo custo básico do serviço, sem qualquer margem de lucro.

7. A inexistência de autorização da Administração para subcontratação é insuficiente para afastar o dever de indenização, no caso dos autos, porque a própria contratação foi irregular, haja vista que não houve licitação e o contrato foi verbal. Assim, desde que provada a existência de subcontratação e a efetiva prestação de serviços, ainda que por terceiros, e que tais serviços se reverteram em benefício da Administração, será devida a indenização dos respectivos valores.

Na mesma linha: REsp n. 468.189/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 18/3/2003, DJ de 12/5/2003, p. 221."

Do entendimento da AGU (Advocacia Geral da União) sobre o reconhecimento administrativo de dívidas

A Advocacia Geral da União ao analisar o mérito da questão suscitada neste expediente, qual seja, a obrigação de a Administração Pública pagar por serviços efetivamente prestados por terceiros, sem o devido lastro contratual, exarou seu entendimento sobre o cabimento e legalidade de tal proceder, através da Orientação Normativa nº 04 de 1º de abril de 2019, que justificou o dever líquido e certo do(s) prestador(es) de serviços contratados informalmente pela Administração, em receber pelo que entregou, prestou ou executou. Transcrevemos:

" ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 1º DE ABRIL DE 2009

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA.

INDEXAÇÃO: INDENIZAÇÃO. DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL. CONTRATO NULO. CONTRATO VERBAL. RECONHECIMENTO. RESPONSABILIDADE. REFERÊNCIA: arts. 59, parágrafo único, 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 63, Lei nº 4.320, de 1964; Acórdão TCU 375/1999-Segunda Câmara.

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

Do entendimento do TCEMG (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais) sobre o reconhecimento administrativo de dívidas

No mesmo diapasão, o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já teve a oportunidade de externar seu entendimento a respeito do pagamento por serviços contratados sem lastro contratual formal pela Administração Pública. O Boletim de Jurisprudência TCEMG nº 174, de novembro/2017, ao compilar julgados daquela Corte de Contas, sedimentou a uniformização de jurisprudência nos seguintes termos :

“ Lado outro, em análise mais abrangente pelo relator, não se pode olvidar a legitimidade de o credor recorrer à Administração Pública ou ao Poder Judiciário para ter o seu direito resguardado, ainda que a despesa não tenha sido empenhada no momento devido. Até porque não pode haver enriquecimento sem causa por parte da Administração, impingindo prejuízo ao fornecedor de bem ou serviço que, de boa-fé, obrou, não se eximindo, porém, os agentes públicos de suas responsabilidades legais. No tocante à abertura de crédito especial, e na esteira da resposta dada à Consulta nº 712258, respondida por este Tribunal, na Sessão de 25/10/2006, a abertura de tal espécie de crédito adicional somente será possível na hipótese de não estar previsto na Lei Orçamentária Anual programa ou ação correlata à despesa que se pretende executar. A Consulta foi respondida nos termos do voto do relator (Consulta n. 951243, rel. Conselheiro Gilberto Diniz, 29/11/2017).”



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

Assim, resta pacífico o entendimento nas searas doutrinária e jurisprudencial, de que a efetiva prestação de serviços para a Administração Pública, deve ser escorreitamente liquidada e paga, em acatamento aos princípios da legalidade e da moralidade. Em primeiro, para que o prestador de serviços/fornecedor que agiu de boa fé não amargue prejuízo por pressupor a legitimidade da Administração em contratar; em segundo, para a Administração Pública não se locuplete, sem justa causa, em detrimento de terceiros.

Isto posto, **ESPOSO OS MESMOS FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS EXARADOS EM PARECERES ANTERIORES E CORRELATOS NO SENTIDO DE QUE A PRETENSÃO DA EMPRESA GILDINEI SARAIVA DA SILVA-ME EM RECEBER POR SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS REFERENTES À PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO NA COMUNIDADE DE BARREIRO DAS CABECEIRAS, NO VALOR DE R\$ 14.400,00 (QUATORZE MIL E QUATROCENTOS REAIS), É LEGAL, DIANTE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, EM ESPECIAL, PELA PROVIMENTO INSERTO NA CONSULTA TCEMG Nº 951.243.**

Diante do fato de que os serviços foram contratados e executados no Exercício Financeiro anterior, o empenho e pagamento de tal despesa somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, vez não existir dotação orçamentária no orçamento vigente para lastrear a referida despesa.

Este é o parecer.


ILÍDIO ANTONIO DOS SANTOS

Assessor e Consultor Jurídico – OAB/MG 69.877

São Francisco, 02 de julho de 2025.

Fica eleito o foro da comarca de São Francisco-MG para dirimir quaisquer litígios futuros advindos do presente instrumento.

Estando assim CEDENTE e CESSIONÁRIO, juntos e contratados, assinam estes instrumentos em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo assinado, depois de lido e verificado estar de acordo com o foi estipulado.

São Francisco, 11 de Abril de 2024.

CEDENTE:

Ivaldo Oliveira Silva

Ivaldo Oliveira Silva

CPF: 038.310.026-73

CESSIONÁRIO:

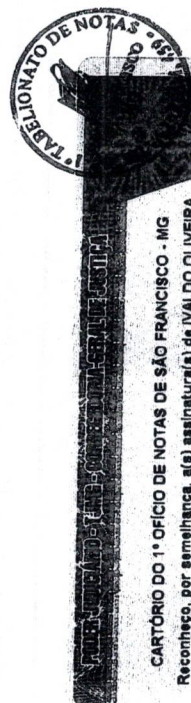
Prefeito Municipal

CNPJ: 22.679.153/0001-40

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:



IP DA
ETIQUETA
ACT080616

Emol.: R\$ 7,80 - T.F.J.: R\$ 2,42 - Valor final: R\$ 10,69 - ISS: R\$ 0,37
Consulte a validade deste selo no site: <https://seos.jmg.us.br>



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000- FONE: (38) 3631-1368

PROJETO DE LEI Nº 57/2025

**Autoriza o reconhecimento de dívida
não paga no Exercício Financeiro
anterior e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de São de São Francisco decreta:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar e liquidar, se necessário for, e posteriormente pagar dívida do exercício vigente no importe de **R\$ 22.040,00 (vinte dois mil e quarenta reais)** em favor da empresa **GILDINEI SARAIVA DA SILVA LTDA**, inscrita sob CNPJ 10.887.615/0001-35, em razão da prestação de serviços de perfuração de poço artesiano na Comunidade de Cabeceira da Vargem, zona rural deste Município.

Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento desta lei serão lastreadas pelas dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

São Francisco, 02 de setembro de 2025.

DANIEL FONSECA ROCHA
Presidente da Câmara



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS.

**PROCESSO:
1729/2024**

REQUERENTE: GILDINEI SARAIVA DA SILVA.

ASSUNTO: DECLARAÇÃO.

AUTUAÇÃO: 16/07/2024 Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Francisco autua o presente processo.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
TELEFONE: (03) 8363 - 1161
CNPJ: 22679153/0001-40



PROCESSO Nº:	958/2024	PROTOCOLO GERAL:	1729/2024
TITULAR:	GILDINEI SARAIVA DA SILVA		
CPF:	07832357630		
ASSUNTO	SOLICITAÇÃO (FAZ)		
LOGRADOURO:	HERMANO DIAMANTINO, 1593		
BAIRRO:	CENTRO		
MUNICÍPIO:	SAO FRANCISCO		
DATA:	16/07/2024		

OUTROS DADOS

SOLICITA RECONHECIMENTO DE DIVIDA- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE AÇO CARBONO DE 5 POLEGADAS- COMUNIDADE CABECEIRA DA VARGEM., , FONE: 38-99907-3071

DOCUMENTOS

ASSINATURAS

TIT./REQ. *Gildinei Saraiva da Silva*
GILDINEI SARAIVA DA SILVA

EMISSOR:
MARIA DE FATIMA DE MATOS MENDES SILVA

ASSINATURA RETIRADA DE DOCUMENTOS

DATA: ____/____/____

NOME:

CPF/CI:

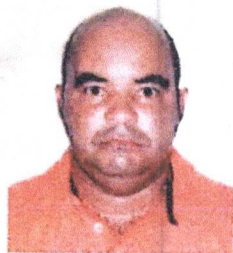


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE CONDUTOR

NOME
GILDINEI SARAIVA DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
14979834 SSP MG

CPF DATA NASCIMENTO
078.323.576-30 21/09/1985



FILIAÇÃO
**JOAO PEREIRA DA SILVA
BALDEZ
IRACEMA SARAIVA BALDEZ**

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO
04818372173 05/10/2031 17/11/2009

OBSERVAÇÕES

Gildinei Saraiva da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO FRANCISCO, MG

DATA EMISSÃO
06/10/2021

Eurico da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG

29288218906
MG603361870

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2275828491

PROIBIDO PLASTIFICAR
2275828491

RELATÓRIO TÉCNICO

Perfuração de poço tubular profundo

APRESENTAÇÃO

O presente relatório foi elaborado de acordo com o seguimento dos passos da perfuração realizada no poço abaixo caracterizado o qual seguiu as normas NBR 12212 - Projeto de poço tubular profundo para captação de água subterrânea; NBR 12244 - Construção de poço tubular profundo para captação de água subterrânea e NBR's 13604/13605/13606/130607/13608 – Dispõe sobre tubos de PVC para poços tubulares profundos.

FICHA TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR/EMPREENDIMENTO			
Empreendedor	Ivaldo Oliveira Silva		
Empreendimento	Comunidade Cabeceira da Vargem		
Coordenadas do Empreendimento	Latitude	16°6'58.91"S	DATUM: Sirgas 2000
	Longitude	44°55'6.71"O	

1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A perfuração foi realizada na Comunidade Cabeceira da Vargem em uma parte de terreno doado do Sr. Ivaldo Oliveira Silva para a Prefeitura do Município de São Francisco – MG.

A obra teve início no dia 27/04/2024 e foi encerrada no dia 08/05/2024.

A região onde foi realizada a obra, está localizada, conforme análise do mapa de Unidades Geológicas, em um domínio das **Coberturas Sedimentares Proterozóicas, não ou muito pouco sobradas e metamorfizadas**, unidade geológica de **Rochas Calcárias com intercalações subordinadas de sedimentos siltico-argilosos e arenosos**, e, os litotipos comumente encontrados no local são: **Argilito, Siltito, Marga e Calcarenito**. O aquífero é do tipo **Cárstico** e a rocha é classificada como **sedimentar**.

2. PERFURAÇÃO

A perfuração do poço tubular profundo foi iniciada utilizando um bit com diâmetro de 10” (dez polegadas), na profundidade de 0 a 30 metros, atingindo um material que apresentava mais resistência e características de rocha. Dessa forma, a equipe deu prosseguimento ao processo instalando o revestimento, totalizando 30m de tubo de aço carbono de 6” (seis polegadas) instalados.

Após a instalação dos 30 metros em revestimento, a perfuração continuou no diâmetro de 6” (seis polegadas) por uma extensão de 90 metros. No decorrer dessa profundidade, ocorreu

variação das características do material, sendo que em alguns pontos ele apresentava granulometrias diferentes, de baixa resistência e baixa coesão, o que é descrito como depósito de argila.

A Perfuração total finalizou em 120 metros perfurados, com duas passagens de argila encontrados com 60 metros e 100 metros, dificultando assim que o poço pudesse produzir água em boas condições para à comunidade beneficiada.

A equipe julgou necessário a instalação de revestimento em aço carbono 5" (cinco polegadas) para que o mesmo forme uma barreira no qual, qualquer detrito ou impurezas que venham das passagens de argila mencionadas possam ser retidos. Visando essa necessidade, a equipe precisou retornar para que pudessem buscar os materiais indicados com a intenção de fornecer materiais da melhor qualidade, o qual levou um tempo maior que o convencional para finalizar o poço em questão.

Assim, para a instalação do revestimento em Aço Carbono 5" (cinco polegadas), fora utilizado 116 metros de revestimento como mencionado abaixo.

Quadro 1: Resumo de utilização de revestimentos e filtros adicionais

Descrição	Diâmetro	Quantidade (m)
Tubo Aço Carbono	5"	116

3. ORIENTAÇÕES

Orienta-se manter a manutenção do poço para que não haja nenhum tipo de entupimento que possa prejudicar o bom funcionamento da bomba instalada.

São Francisco, 12 de julho de 2024.

CAMILA NUNES

DA

SILVA:089603326

07

Assinado de forma digital

por CAMILA NUNES DA

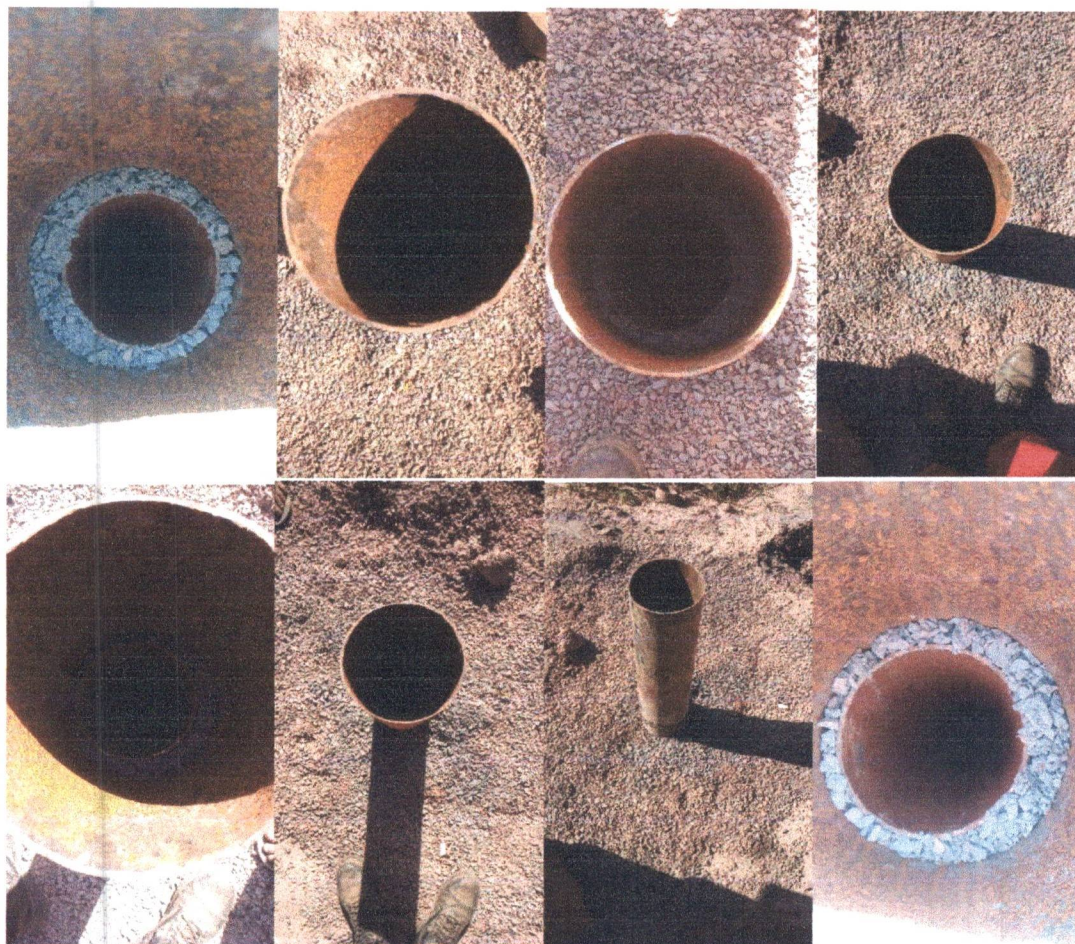
SILVA:08960332607

Dados: 2024.07.12

11:58:18 -03'00'

Camila Nunes da Silva
Engenheira de Minas

POÇO COM REVESTIMENTO INTERNO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE 5 POLEGADAS





RELATORIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Prestação de serviço na Comunidade Cabeceira da Vargem no município de São Francisco, MG.

Revestimento em aço carbono

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO TOTAL
1.0	Serviço de instalação de tubos de aço carbono de 5 polegadas	Metros	116	
TOTAL				R\$ 22.040,00

GILDINEI SARAIVA DA SILVA
Assinado de forma digital por
GILDINEI SARAIVA DA SILVA
LTDA:10887615000135
Dados: 2024.07.15 15:12:45 -03'00'

Shallon poços artesanos

CNPJ 10.887.615/0001-35



TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

CREDOR: Gildinei Saraiva Da Silva, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R.G. nº 14.979.834 e CPF nº 078.323.576-30, residente e domiciliado à Av. Montes Claros, 1829, João Aguiar, 39300-000, São Francisco, Minas Gerais.

DEVEDOR: Prefeitura Municipal de São Francisco, portador da cédula de identidade CNPJ nº 22.679.153/0001-40, residente e domiciliado à av. montes claros, 243, centro, 39300-000, São Francisco, Minas Gerais.


Têm entre si, justo e acordado, o presente termo para o reconhecimento de dívida e renegociação de pagamento, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O CREDOR é o titular do crédito no valor R\$ R\$ 22.040,00 (vinte e dois mil, quarenta reais), oriundo do serviço de instalação de tubos de aço carbono de 5 polegadas para Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica, o qual, o DEVEDOR reconhece a dívida e ajusta no presente termo a forma do devido pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE PAGAMENTO

2.1 O pagamento da referida dívida ora reconhecida, será feito da seguinte forma:

- 
- Pagamento será efetuado em somente uma parcela no valor R\$ 22.040,00 (vinte e dois mil, quarenta reais)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO DESCUMPRIMENTO


3.1 O descumprimento deste acordo ensejará, a partir do inadimplemento, juros de mora de 2.60%, acrescido de multa por inadimplemento de 10% sobre o valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

5.1 Para dirimir eventuais litígios decorrentes deste contrato, as partes elegem o FORO da Comarca de São Francisco - MG.

5.2 E por assim estarem justas e contratadas, declaram-se cientes e esclarecidas quanto ao teor das cláusulas deste instrumento, firmando-o em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produzam os devidos e legais efeitos.

São Francisco, MG, 16 de Julho de 2024


Gildinei Saraiva da Silva

Prefeito Municipal



**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, AÇÃO COMUNITÁRIA, MEIO AMBIENTE E
INFRAESTRUTURA HÍDRICA**

Rua Montes Claros, 186 – Centro – São Francisco – MG Cep: 39.300-000 – CNPJ: 22.679.153/0001/40 –

Referente ao Processo nº 1729/2024.

Deferimento

Defiro pelo reconhecimento da dívida, pois o serviço foi executado conforme relatado nas páginas 5 e 6 do processo. Para que o poço não houvesse perca total.

São Francisco, 18 de julho de 2024.

Conceir Damião Vieira
Secretaria Municipal de Agricultura,
Ação Comunitária, Meio Ambiente e
Infraestrutura Hídrica

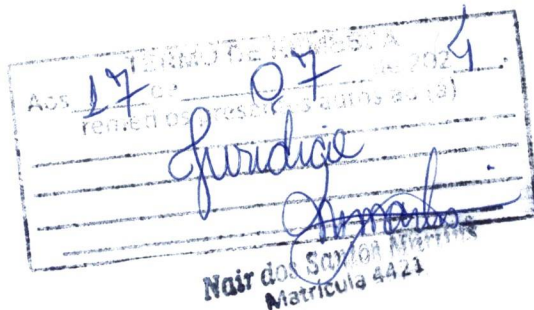
Conceir Damião Vieira

Secretario M. de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica.



Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

Vistos etc.

Remeta-se a Secretaria Municipal de Governo para manifestar.

CARLOS PEREIRA DE
CARVALHO
JUNIOR:08499371671

Assinado de forma digital por
CARLOS PEREIRA DE CARVALHO
JUNIOR:08499371671
Dados: 2024.08.06 11:37:12
-03'00"

CARLOS PEREIRA DE CARVALHO JÚNIOR
Procurador Municipal – OAB/MG 150.401

São Francisco, 06 de agosto de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

PARECER TÉCNICO JURÍDICO

Processo : 1729/2024
Objeto : Reconhecimento de dívida
Interessado : Gildinei Saraiva da Silva

Relatório

Trata-se de Procedimento Administrativo nº 1926/2025, instaurado pela empresa GILDINEI SARAIVA DA SILVA – ME, inscrita sob CNPJ10.887.615/0001-35, sob o nome de fantasia Shalon Construções e Poços artesanos, com sede administrativa na Av. Montes Claros, nº 1829, bairro João Aguiar, neste Município, por intermédio de seu representante legal, onde requer o reconhecimento de dívida por serviços efetivamente prestados à Prefeitura de São Francisco.

Alega que fora contratada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica para a perfuração de poço artesiano na Comunidade de Cabeceira da Vargem, em imóvel de propriedade do Sr. Ivaldo Oliveira Silva, que previamente formalizou a cessão de parte daquele terreno ao Município de São Francisco.

Os serviços foram prestados naquela comunidade no período entre 27.04.2024 a 08.05.2024, para abertura de poço artesiano para atender a demanda da população ali residente.

O poço fora perfurado por sonda rotatória, atingindo uma profundidade de 120 (cento e vinte) metros, exigindo a instalação de 116 (cento e dezesseis) metros de tubo de aço carbono 5”.

Os serviços foram efetivamente prestados, conforme atesta a unidade requisitante e o valor total pela perfuração, bem como, pelos materiais utilizados totaliza R\$ 22.040,00 (vinte dois mil e quarenta reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

Pugna pelo pagamento dos serviços efetivamente prestados.

É o relato sucinto.

Da efetiva prestação dos serviços

A efetiva prestação dos serviços se fez lastrear pela certidão administrativa exarada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e Infraestrutura Hídrica da Prefeitura de São Francisco, através da qual consigna a perfuração do poço, na forma e no local descritos no procedimento administrativo, sem qualquer pendência que obste o pagamento.

Da justificativa administrativa para a contratação dos serviços

Os serviços de perfuração de poços artesianos são reputados essenciais e estão diretamente voltados para o bem estar e visam assegurar condições de vida e saúde pública para a população ali residente, com a disponibilização de água para consumo humano e outras atividades indispensáveis.

É fato público que a região Norte de Minas é caracterizada pela escassez hídrica e a perfuração de poços artesianos é medida que melhor se adéqua aos interesses coletivos, vez que a distribuição de água através de caminhões pipas é medida paliativa, precária e extremamente onerosa para o erário municipal.

Se tornou pacífico o entendimento de que a Administração Pública, independente de vinculação ou extrapolação contratual, deve pagar por serviços efetivamente prestados.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Resp nº 1365600/RJ, sob a relatoria da Min. Regina Helena Costa, reconheceu a obrigação de a Administração Pública pagar por serviços efetivamente prestados, mesmo que decorrente de contrato declarado nulo, sob o princípio da proibição de locupletamento sem justa

causa, e ainda, de a Administração Pública não se beneficiar da própria torpeza.

Do entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) sobre o reconhecimento e pagamento de dívidas sem lastro contratual

A Constituição Federal, em seu art. 37, inc. XXI, assegura a manutenção das condições efetivas da proposta que deu origem ao contrato. Por força dessa garantia, ocorrendo o desequilíbrio da equação econômico-financeira formada no momento da apresentação da proposta pela empresa contratada, surge para a Administração contratante o dever de restabelecer a relação de equivalência firmada entre encargos (custo) e remuneração (preço).

Para tanto, o ordenamento jurídico prevê mais de um instituto a ser empregado, conforme a situação que provocar a quebra da condição de equivalência. Cumpre à Administração, em cada caso, aplicar o instrumento apto a implementar o reequilíbrio, optando entre reajuste, revisão e repactuação.

“ PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO VERBAL. SUBCONTRATAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL DE TODESCATO TERRAPLANAGEM LTDA. OBRIGAÇÃO DE O ENTE PÚBLICO EFETUAR O PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO E DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULAS 283/SF E 284/STF.

1. Trata-se, na origem, de ação de cobrança ajuizada contra o Município de Bento Gonçalves visando condenar o réu a indenizá-la pela prestação de serviços, contratados verbalmente, no período de 24.3.2012 até 8.9.2012, de retroescavadeira, pá carregadeira, caminhão toco e prancha para transporte de equipamentos. Aduziu que o valor total dos serviços é de R\$ 102.570,20, mas que pende de pagamento a quantia de R\$ 85.068,70 válidos para fevereiro de 2017.
(...)

5. A jurisprudência do STJ é de que, mesmo que seja nulo o contrato realizado com a Administração Pública, por ausência de prévia licitação, é devido o pagamento pelos serviços prestados, desde que comprovados, nos termos do art. 59,



parágrafo único, da Lei 8.666/1993, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.

6. O STJ reconhece que, ainda que ausente a boa fé do contratado e que tenha ele concorrido para nulidade, é devida a indenização pelo custo básico do serviço, sem qualquer margem de lucro.

7. A inexistência de autorização da Administração para subcontratação é insuficiente para afastar o dever de indenização, no caso dos autos, porque a própria contratação foi irregular, haja vista que não houve licitação e o contrato foi verbal. Assim, desde que provada a existência de subcontratação e a efetiva prestação de serviços, ainda que por terceiros, e que tais serviços se reverteram em benefício da Administração, será devida a indenização dos respectivos valores. Na mesma linha: REsp n. 468.189/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 18/3/2003, DJ de 12/5/2003, p. 221.”

Do entendimento da AGU (Advocacia Geral da União) sobre o reconhecimento administrativo de dívidas

A Advocacia Geral da União ao analisar o mérito da questão suscitada neste expediente, qual seja, a obrigação de a Administração Pública pagar por serviços efetivamente prestados por terceiros, sem o devido lastro contratual, exarou seu entendimento sobre o cabimento e legalidade de tal proceder, através da Orientação Normativa nº 04 de 1º de abril de 2009, que justificou o dever líquido e certo do(s) prestador(es) de serviços contratados informalmente pela Administração, em receber pelo que entregou, prestou ou executou. Transcrevemos:

“ ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 1º DE ABRIL DE 2009
O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

INDEXAÇÃO: INDENIZAÇÃO. DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL.
CONTRATO NULO. CONTRATO VERBAL. RECONHECIMENTO.
RESPONSABILIDADE. REFERÊNCIA: arts. 59, parágrafo único, 60, parágrafo
único, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 63, Lei nº 4.320, de 1964; Acórdão TCU
375/1999-Segunda Câmara.
JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

**Do entendimento do TCEMG (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais)
sobre o reconhecimento administrativo de dívidas**

No mesmo diapasão, o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já teve a oportunidade de externar seu entendimento a respeito do pagamento por serviços contratados sem lastro contratual formal pela Administração Pública. O Boletim de Jurisprudência TCEMG nº 174, de novembro/2017, ao compilar julgados daquela Corte de Contas, sedimentou a uniformização de jurisprudência nos seguintes termos :

“ Lado outro, em análise mais abrangente pelo relator, não se pode olvidar a legitimidade de o credor recorrer à Administração Pública ou ao Poder Judiciário para ter o seu direito resguardado, ainda que a despesa não tenha sido empenhada no momento devido. Até porque não pode haver enriquecimento sem causa por parte da Administração, impingindo prejuízo ao fornecedor de bem ou serviço que, de boa-fé, obrou, não se eximindo, porém, os agentes públicos de suas responsabilidades legais. No tocante à abertura de crédito especial, e na esteira da resposta dada à Consulta nº 712258, respondida por este Tribunal, na Sessão de 25/10/2006, a abertura de tal espécie de crédito adicional somente será possível na hipótese de não estar previsto na Lei Orçamentária Anual programa ou ação correlata à despesa que se pretende executar. A Consulta foi respondida nos termos do voto do relator (Consulta n. 951243, rel. Conselheiro Gilberto Diniz, 29/11/2017).”

Assim, resta pacífico o entendimento nas searas doutrinária e jurisprudencial, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

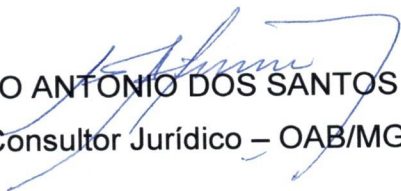
Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

que a efetiva prestação de serviços para a Administração Pública, deve ser escorreitamente liquidada e paga, em acatamento aos princípios da legalidade e da moralidade. Em primeiro, para que o prestador de serviços/fornecedor que agiu de boa fé não amargue prejuízo por pressupor a legitimidade da Administração em contratar; em segundo, para a Administração Pública não se locuplete, sem justa causa, em detrimento de terceiros.

Isto posto, **ESPOSO OS MESMOS FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS EXARADOS EM PARECERES ANTERIORES E CORRELATOS NO SENTIDO DE QUE A PRETENSÃO DA EMPRESA GILDINEI SARAIVA DA SILVA-ME EM RECEBER POR SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS REFERENTES À PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO NA COMUNIDADE DE CABECEIRA DA VARGEM, NO VALOR DE R\$ 22.040,00 (VINTE DOIS MIL E QUARENTA REAIS), É LEGAL, DIANTE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, EM ESPECIAL, PELA PROVIMENTO INSERTO NA CONSULTA TCEMG Nº 951.243.**

Diante do fato de que os serviços foram contratados e executados no Exercício Financeiro anterior, o empenho e pagamento de tal despesa somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, vez não existir dotação orçamentária no orçamento vigente para lastrear a referida despesa.

Este é o parecer.


ILÍDIO ANTONIO DOS SANTOS
Assessor e Consultor Jurídico – OAB/MG 69.877

São Francisco, 21 de julho de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 229 – Centro – CEP 39.300-000 – FONE: (38) 3631.1368

PROJETO DE LEI Nº 58/2025.

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO.

A Câmara Municipal de São Francisco decreta:

Art. 1º. O logradouro público denominado Rua “1”, localizado no Bairro São José II, neste município, passa a ter a seguinte denominação: “Alameda dos Ipês”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco, 02 de setembro de 2025.

DANIEL FONSECA ROCHA
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS.

Rua Montes Claros nº 229 – Centro – CEP 39.300-000 – FONE: (38) 3631-1368

PROJETO DE LEI Nº 64/2025

Autoriza o reconhecimento de dívida em favor de Luiz Marcelo Monteiro Assunção e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Francisco decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer dívida no valor de **R\$ 22.090,00** (vinte e dois mil e noventa reais) em favor de **LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº **50.571.759/0001-00**.

Parágrafo único. **A dívida refere-se à prestação de serviços de arbitragem desportiva executados durante o Campeonato Amador Municipal de Futebol do ano de 2024, nas categorias Sub 11, Sub 15, Sub 17, Amador e Veterano, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte e Juventude.**

Art. 2º. O pagamento da dívida reconhecida no artigo anterior será realizado mediante:

- I** - Verificação da disponibilidade orçamentária e financeira;
- II** - Observância aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- III** - Inclusão na programação orçamentária do exercício corrente ou seguinte, conforme a disponibilidade de recursos.

Art. 3º. O reconhecimento da dívida será formalizado mediante termo específico, estabelecendo as condições e prazos para o pagamento.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco, 02 de setembro de 2025.

DANIEL FONSECA ROCHA
Presidente da Câmara



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE
SÃO FRANCISCO**

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 22.679.153/0001-40

**PROCESSO Nº
356/2025**

INTERESSADO: LUIZ MARCELO MONTEIRO
ASSUNÇÃO

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO (FAZ)

AUTUAÇÃO: 11/02/2025 - SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO
FRANCISCO- MG, AUTUA O PRESENTE PROCESSO.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
TELEFONE: (03) 8363 - 1161
CNPJ: 22679153/0001-40



PROCESSO Nº: 158/2025 **PROTOCOLO GERAL:** 356/2025
TITULAR: LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO
CPF: 54503850644
REQUERENTE: LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNCAO
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO (FAZ)
LOGRADOURO: AV. OSCAR CAETANO GOMES, 934
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: SAO FRANCISCO
DATA: 11/02/2025

OUTROS DADOS

SOLICITA RECONHECIMENTO DE DIVIDA, REFERENTE A NOTA DE EMPENHO Nº 15339, ORDEM DE COMPRA Nº 246739, NO VALOR TOTAL DE R\$ 47.190,00, FOI PAGO UM VALOR DE R\$ 25.100,00, RESTANDO A RECEBER O VALOR DE R\$ 22.090,00. CONFORME DOCUMNTOS EM ANEXO., FONE: 38 9 9116-6323

DOCUMENTOS

ASSINATURAS

TIT./REQ.: 
LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNCAO

EMISSOR: 
VALDENOR CARDOSO DOS SANTOS

ASSINATURA RETIRADA DE DOCUMENTOS

DATA: ____/____/____

NOME:

CPF/CI:

03
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
POLÍCIA CIVIL
DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO

PROIBIDO PLASTIFICAR

11.786.612

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TRÊS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8357861 1 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 11/05/2016

NOME LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNCAO

FILIAÇÃO ALBERTO DOS REIS ASSUNCAO
ANA INEZ MONTEIRO ASSUNCAO

NATURALIDADE BELEM PA DATA DE NASCIMENTO 14/04/1963

DOC. ORIGEM C.NASC-BELEM PA

MUM:15067 LTV:19 FOL:293V

CPF 545038506-42

PARA 10.433.204

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TRÊS

RUA MONTES CLAROS, 243
SAO FRANCISCO
03836311617

NOTA DE EMPENHO N° 15339
DATA DE EMISSÃO : 19/12/2024
TIPO : ORDINÁRIO

22.679.153/0001-40

ção : 05 - SEC.CULTURA, PAT.CULT.TUR. ESP.LAZER JUV
idade : 01 - SEC.CULTURA, PAT.CULT.TUR. ESP.LAZER JUV
ção : 27 - DESPORTO E LAZER
função : 812 - DESPORTO COMUNITARIO
ograma : 7004 - INCETIVO AO LAZER DESPORTO AMADOR
j/Ativ : 6708 - MANUT.DAS ATIVIDADES DESPORTO E LAZER
mento : 3.3.9.0.39.00.00.00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
curso : 15000000 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS

: 0000 - SEM IDENTIFICAÇÃO DE CO
duzido : 4666
cesso : 28/2024 N° da Modalidade : 3/2024
ntrato : 107/2024 Código Contrato : 1582
o de Compra : INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO

Dados do Credor:
N° Credor : 24050 CNPJ : 50.571.759/0001-00
Nome : LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO
Município : SAO FRANCISCO-MG CEP : 39300000
Endereço : AV.OSCAR CAETANO GOMES
Bairro : CENTRO
Número : 934 Telefone :

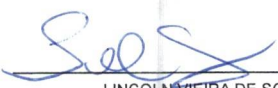

PROCESSO DE COMPRA N° 000000 SEQ. DO EMPENHO N° 164078
AUTORIZAÇÃO N° 175862 PROC. ADMIN (P.A.) :

Valor Orçado 249.912,00 Saldo Anterior 50.760,65

Valor Empenhado 47.190,00 Saldo Atual 3.570,65

ANT	ITEM	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
121	20653	3.3.9.0.39.99.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO	130,00	15.730,00
363	20655	ARBITRAGEM AUXILIAR MASCULINO Bandeirinhas 4*arbitro	70,00	25.410,00
121	31263	MESÁRIOS EM GERAL PARA CATEGORIA E MODALIDADES DIVERSAS	50,00	6.050,00
SUMO : - PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS EVENTOS PROGRAMADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMONIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE, POR SELECAO PARALELA E NAO EXCLUDENTE, DURANTE O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL AMADOR/2024, NAS CADEGORIAS SUB 11, SUB 13, SUB 15, SUB 17, AMADOR E VETERANO.				
STINO : SECTUR			TOTAL	47.190,00

EMPENHO 15339 / 2024 ORDINÁRIO

ORDENADOR	CONTADOR
 LINCOLN VIEIRA DE SOUZA	 Rafael Guimarães Meira 015/O-8 081015/O-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
RUA MONTES CLAROS,243
CNPJ:22.679.153/0001-40
FONE: 03836311617

www.saofrancisco.mg.gov.br
0

ORDEM DE COMPRA Nº 246739
DATA : 20/12/2024
DEPTO. ORIGEM : 33 - S.MUN.T.CULT.ESP.L.P. HIS-
DEPTO. DESTINO : 33 - S.MUN.T.CULT.ESP.L.P. HIS-
TIPO DA COMPRA: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO
PROCESSO DE COMPRA N ° 246739

PROCESSO LICITÓRIO:º 28/2024 MODALIDADE:3

Dados do Fornecedor

Nome : LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO
Endereço : AV.OSCAR CAETANO GOMES
Município : SAO FRANCISCO-MG
Contato :

E-mail :
Numcgm: 24050
Número : 934
Bairro : CENTRO
Telefone :
CNPJ : 50571759000100
Complemento:
CEP : 39300000
FAX :

PRAZO DE ENTREGA: 3 DIAS A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DESTA ORDEM DE COMPRA

CONDICOES DE PAGAMENTO:

DESTINO: SECTUR

OBSERVAÇÕES: PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS EVENTOS PROGRAMADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMONIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE, POR SELECAO PARALELA E NAO EXCLUDENTE, DURANTE O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL AMADOR/2024, NAS CADEGORIAS SUB 11, SUB 13, SUB 15, SUB 17, AMADOR E VETERANO.

Empenho: 15339/2024			Data da Emissão do Empenho: 19/12/2024		
Item	Quant.	Unid.	Material/Serviço	Unitário	Total
20653	64	SERV	ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO MASCULINOCATEGORIA DIVERSAS - valor INCLUSO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, MATERIAIS E UNIFORMES, CARTÕES, APITOS, BANDEIRINHAS E OUTROS. Marca:	130,00	8.320,00
20655	194	SV	ARBITRAGEM AUXILIAR MASCULINO Bandeirinhas 4ºarbitroCATEGORIA DIVERSAS - valor INCLUSO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, MATERIAIS E equipamentos de uso como - UNIFORMES, CARTÕES, APITOS, BANDEIRINHAS, cronômetro E OUTROS. Marca:	70,00	13.580,00
31263	64	UND	MESÁRIOS EM GERAL PARA CATEGORIA E MODALIDADES DIVERSAS(valor incluso transporte, alimentação, materiais e equipamentos de uso como- uniformes, cartões apitos, bandeirinhas,) Marca:	50,00	3.200,00
Total Geral:				25.100,00	

22.679.153/0001-40

27/12/2024

Dados do Credor:

Nº Credor	: 24050	CNPJ	: 50.571.759/0001-00
Nome	: LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO		
Banco/Ag./Conta			
Município	: SAO FRANCISCO-MG	CEP	: 39300000
Endereço	: AV.OSCAR CAETANO GOMES		
Bairro	: CENTRO		
Número	: 934	Telefone	:

Empenho N° 15339/2024

Valor do Empenho	47.190,00
------------------	-----------

ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	ANULADO
339039990000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.100,00	0,00
NOTA FISCAL Nº:4	SÉRIE: S/N	25.100,00	0,00
CHAVE DE ACESSO: 3161106225057175900010000000000424123856725158			
		VALOR TOTAL	25.100,00
		SALDO ANTERIOR	47.190,00
		OUTRAS ORDENS	0,00
		VALOR RESTANTE	0,00

PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS EVENTOS PROGRAMADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMONIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE, POR SELECAO PARALELA E NAO EXCLUDENTE, DURANTE O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL AMADOR/2024, NAS CADEGORIAS SUB 11, SUB 13, SUB 15, SUB 17, AMADOR E VETERANO.

[illegible]

EMPENHO 15339/2024 ORDINÁRIO

LIQUIDANTE

ORDENA PAGAMENTO

ASSINATURA / CARIMBO

RONALDO ALVES SILVA

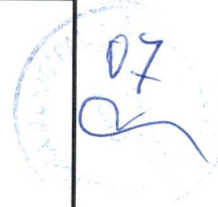
EM / /

EM / /



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 50.571.759/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/05/2023
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL 50.571.759 LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNCAO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos 85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)
--

LOGRADOURO 10AV OSCAR CAETANO GOMES	NÚMERO 934	COMPLEMENTO *****
--	---------------	----------------------

CEP 39.300-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO	UF MG
-------------------	---------------------------	----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO TCHELLO63PA@GMAIL.COM	TELEFONE (38) 9116-6323
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/05/2023
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 11/02/2025 às 11:55:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Avenida Montes Claros, Nº 243 – Centro – CEP: 39300-000 CNPJ: 22.679.153/0001-40
E-mail: tributos@saofrancisco.mg.gov.br | Celular: (38) 9 9231 - 0044

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

EXERCÍCIO	NÚMERO
2025	12923 / 2025
CONCEDIDO A:	
LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNCAO 50.571.759	
ENDEREÇO: AVENIDA OSCAR CAETANO, Nº 934 - BAIRRO: CENTRO CIDADE: São Francisco - MG CEP: 39300-000	
COM A SEGUINTE ATIVIDADE PRINCIPAL:	
8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CPF / CNPJ
12923	50.571.759/0001-00
RESTRIÇÕES	
19/03 – Dia de São José	Datas Móveis: 6ª Feira Santa
05/11 – Aniversário da Cidade	Datas Móveis: Corpus Christie
08/12 – Nossa Senhora da Conceição	
Enquanto satisfizer as exigências da legislação em vigor, para funcionamento nos seguintes horários:	
HORÁRIO NORMAL De: 08:00 Horas às 22:00 Horas <u>MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL</u>	Lei Nº 3.265 – 23/02/2021, Determina que, estabelecimentos Públicos e Privados de atendimento ao público, localizados no Município de São Francisco/MG, devem inserir na placa informativa que contém os beneficiários de atendimento prioritário o laço Quebra Cabeça (Símbolo Internacional do Autismo) em referencia a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO
11/02/2025	28/02/2026
O REFERIDO ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E RENOVADO ANUALMENTE	

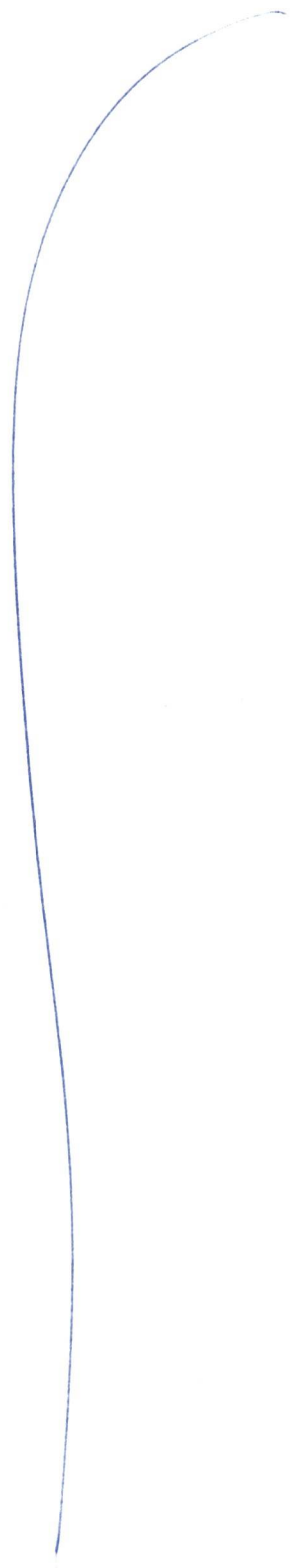
Confira a autenticidade desse documento em https://saofrancisco-mg.nobesistemas.com.br/tributos/document_validator/new com o código a seguir.

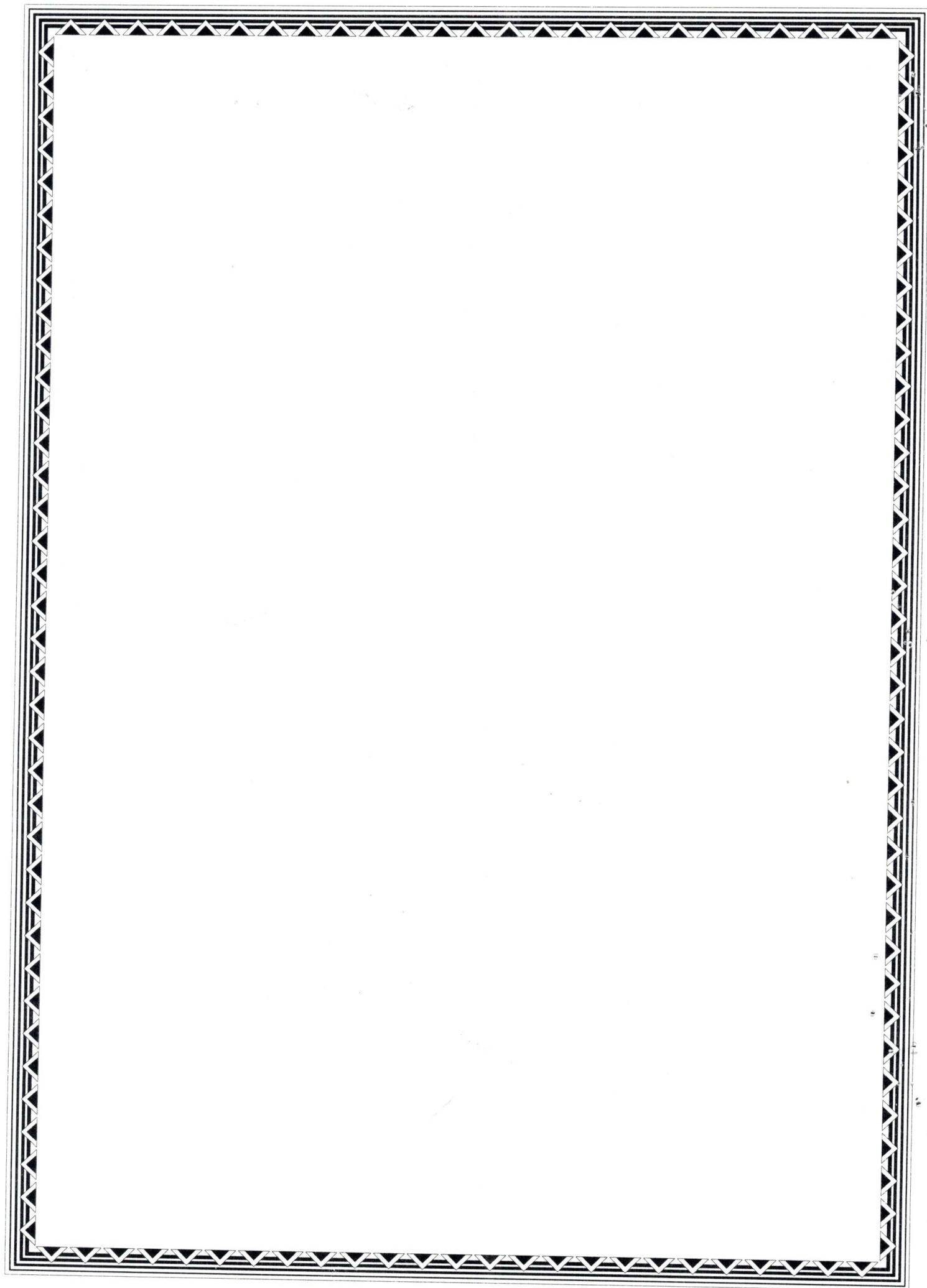
Autenticação Eletrônica: D1CD-BFD3-1668-94D1





11 02 5
Financas







PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



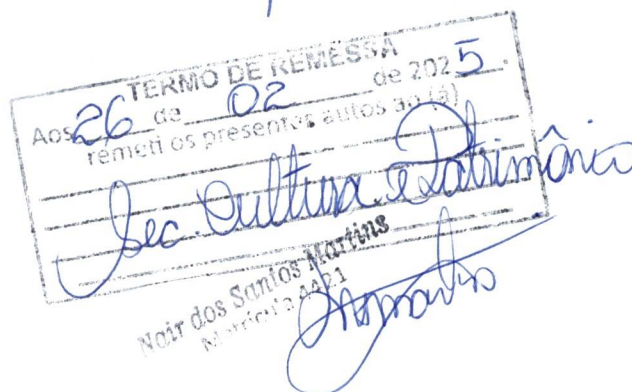
A

Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte,
Lazer e Juventude,

Encaminho a esta secretaria para manifestar conforme o
pedido do requerente e anexando relatórios referente ao serviço
informado.

São Francisco-MG, 13 de fevereiro de 2025.

Ronaldo Alves Silva
Secretaria Municipal de Administração e Finanças



A secretaria de Finanças

de acordo o Relatório ANEXO
no processo.

ss fo 06/05/25

[Signature]

Aos	07	de	03	de	2025
Finanças					

[Long curved line]

NOTA DE LIQUIDAÇÃO Nº: 15339 / 1
 ORDEM DE PAGAMENTO Nº: 244687
 DATA DE EMISSÃO : 27/12/2024

Órgão : 05 - SEC.CULTURA, PAT.CULT.TUR. ESP.LAZER JUV
 Unidade : 01 - SEC.CULTURA, PAT.CULT.TUR. ESP.LAZER JUV
 Função : 27 - DESPORTO E LAZER
 Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITARIO
 Proj/Ativ : 6708 - MANUT.DAS ATIVIDADES DESPORTO E LAZER
 Elemento : 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P
 Recurso : 15000000 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS
 CO : 0000 - SEM IDENTIFICAÇÃO DE CO
 Reduzido : 4666
 Tipo Compra : INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO
 Contrato : 107/2024

Processo: 28/2024
 Cod.Contrato: 1582

Nº Credor : 24050 CNPJ: 50.571.759/0001-00
Nome : LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO
Banco/Ag./Conta
Município : SAO FRANCISCO-MG CEP : 39300000
Endereço : AV.OSCAR CAETANO GOMES
Bairro : CENTRO
Número : 934 Telefone :

Valor do Empenho	47.190,00
------------------	-----------

Especificação da Despesa				VALOR	ANULADO
ELEMENTO	DESCRIÇÃO			25.100,00	0,00
339039990000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			25.100,00	0,00
NOTA FISCAL Nº:4		SÉRIE: S/N	EMITIDA EM: 27/12/2024	VENCIMENTO: 27/12/2024	
CHAVE DE ACESSO: 3161106225057175900010000000000424123856725158				VALOR TOTAL	25.100,00
				SALDO ANTERIOR	47.190,00
				OUTRAS ORDENS	0,00
				VALOR RESTANTE	22.090,00

[illegible]

EM 27, 12, 24

EM 1 A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

RUA MONTES CLAROS, 243
SAO FRANCISCO
03836311617

NOTA DE EMPENHO Nº: 15339

DATA DE EMISSÃO : 19/12/2024

TIPO : ORDINÁRIO

22.679.153/0001-40

Órgão : 05 - SEC.CULTURA, PAT.CULT.TUR. ESP.LAZER JUV
Unidade : 01 - SEC.CULTURA, PAT.CULT.TUR. ESP.LAZER JUV
Função : 27 - DESPORTO E LAZER
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa : 7004 - INCETIVO AO LAZER DESPORTO AMADOR
Proj/Ativ : 6708 - MANUT.DAS ATIVIDADES DESPORTO E LAZER
Elemento : 3.3.9.0.39.00.00.00
Recurso : 15000000 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS

CO : 0000 - SEM IDENTIFICAÇÃO DE CO
Reduzido : 4666
Processo : 28/2024 N° da Modalidade : 3/2024
Contrato : 107/2024 Código Contrato : 1582
Tipo de Compra : INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO

Dados do Credor:

Nº Credor : 24050 CNPJ : 50.571.759/0001-00
Nome : LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO
Município : SAO FRANCISCO-MG CEP : 39300000
Endereço : AV.OSCAR CAETANO GOMES
Bairro : CENTRO
Número : 934 Telefone :

PROCESSO DE COMPRA Nº 000000

SEQ. DO EMPENHO Nº 164078

AUTORIZAÇÃO Nº 175862

PROC. ADMIN (P.A.) :

Valor Orçado

249.912,00

Saldo Anterior

50.760,65

Valor Empenhado

47.190,00

Saldo Atual

3.570,65

QUANT	ITEM	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
121	20653	3.3.9.0.39.99.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO	130,00	15.730,00
363	20655	ARBITRAGEM AUXILIAR MASCULINO Bandeirinhas 4*arbitro	70,00	25.410,00
121	31263	MESÁRIOS EM GERAL PARA CATEGORIA E MODALIDADES DIVERSAS	50,00	6.050,00
RESUMO: PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS EVENTOS PROGRAMADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMONIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE, POR SELECAO PARALELA E NAO EXCLUDENTE, DURANTE O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL AMADOR/2024, NAS CADEGORIAS SUB 11, SUB 13, SUB 15, SUB 17, AMADOR E VETERANO.				
DESTINO : SECTUR			TOTAL	47.190,00

EMPENHO 15339 / 2024 ORDINÁRIO

ORDENADOR

CONTADOR

Lincoln Vieira de Sousa
Secretaria Municipal de Cultura,
Esporte, Lazer e Juventude
LINCOLN VIEIRA DE SOUSA
Esporte, Lazer e Juventude

Rafael Guimaraes Vieira
RAFAEL GUIMARAES VIEIRA
CRC 081015/O-8

RUA MONTES CLAROS,243
CNPJ:22.679.153/0001-40
FONE: 03836311617

www.saofrancisco.mg.gov.br
0

DATA : 20/12/2024
DEPTO. ORIGEM : 33 - S.MUN.T.CULT.ESP.L P. HIS-
DEPTO. DESTINO : 33 - S.MUN.T.CULT.ESP.L P. HIS-
TIPO DA COMPRA: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO
PROCESSO DE COMPRA N ° 246739
PROCESSO LICITÓRIO:° 28/2024 MODALIDADE: 3

Dados do Fornecedor	E-mail :	
Nome : LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO	Numcgm: 24050	CNPJ : 50571759000100
Endereço : AV.OSCAR CAETANO GOMES	Número : 934	Complemento:
Município : SAO FRANCISCO-MG	Bairro : CENTRO	CEP : 99000000
Contato :	Telefone :	FAX

PRAZO DE ENTREGA: 3 DIAS A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DESTA ORDEM DE COMPRA

CONDICOES DE PAGAMENTO:

DESTINO: SECTUR

OBSERVAÇÕES: PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS EVENTOS PROGRAMADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMONIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE, POR SELECAO PARALELA E NAO EXCLUDENTE, DURANTE O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL AMADOR/2024, NAS CADEGORIAS SUB 11, SUB 13, SUB 15, SUB 17, AMADOR E VETERANO.

Empenho: 15339/2024			Data da Emissão do Empenho: 19/12/2024		
Item	Quant.	Unid.	Material/Serviço	Unitário	Total
20653	64	SERV	ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO MASCULINOCATEGORIA DIVERSAS - valor INCLUSO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, MATERIAIS E UNIFORMES, CARTÕES, APITOS, BANDEIRINHAS E OUTROS. Marca:	130,00	8.320,00
20655	194	SV	ARBITRAGEM AUXILIAR MASCULINO Bandeirinhas 4°arbitroCATEGORIA DIVERSAS - valor INCLUSO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, MATERIAIS E equipamentos de uso como - UNIFORMES, CARTÕES, APITOS, BANDEIRINHAS, cronômetro E OUTROS. Marca:	70,00	13.580,00
31263	64	UND	MESÁRIOS EM GERAL PARA CATEGORIA E MODALIDADES DIVERSAS(valor incluso transporte, alimentação, materiais e equipamentos de uso como- uniformes, cartões apitos, bandeirinhas,) Marca:	50,00	3.200,00
Total Geral:				25.100,00	

SAO FRANCISCO, 20 DE DEZEMBRO DE 2024.

Luiz Felipe Vieira de Souza
Secretário Municipal de Cultura,
Patrimônio Cultural, Turismo,
Esporte, Lazer e Juventude

Chave de Acesso da NFS-e

3161106225057175900010000000000000424123856725158

Número da NFS-e

4

Competência da NFS-e

27/12/2024

Data e Hora da emissão da NFS-e

27/12/2024 08:03:30

Número da DPS

5

Série da DPS

900

Data e Hora da emissão da DPS

27/12/2024 08:03:25



A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e

Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF

50.571.759/0001-00

Inscrição Municipal

-

Telefone

(38) 9116-6323

Nome / Nome Empresarial

50.571.759 LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNCAO

E-mail

TCHELLO63PA@GMAIL.COM

Endereço

OSCAR CAETANO GOMES, 934, CENTRO

Município

São Francisco - MG

CEP

39300-000

Simples Nacional na Data de Competência

Optante - Microempreendedor Individual (MEI)

Regime de Apuração Tributária pelo SN

-



TOMADOR DO SERVIÇO

Nome / Nome Empresarial
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO

CNPJ / CPF / NIF

22.679.153/0001-40

Inscrição Municipal

-

Telefone

-

Endereço

MONTES CLAROS, 243, CENTRO

E-mail

-

Município

São Francisco - MG

CEP

39300-000

SERVIÇO PRESTADO

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

Código de Tributação Nacional

17.15.01 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

Código de Tributação Municipal

-

Local da Prestação

São Francisco - MG

País da Prestação

-

Descrição do Serviço

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA (FUTEBOL DE CAMPO, ARBITRO AUXILIAR E MESÁRIOS) PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS EVENTOS PROGRAMADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE, POR SELEÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE, DURANTE O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL AMADOR/2024, NAS CATEGORIAS SUB 11, SUB 13, SUB 15, SUB 17, AMADOR E VETERANO; CONFORME EMPENHO 15339/2024 EXPEDIDO EM 19/12/2024, PROCESSO LICITATÓRIO 28/2024 MODALIDADE 3 E ORDEM DE COMPRA 246739.

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN

Operação Tributável

País Resultado da Prestação do Serviço

-

Município de Incidência do ISSQN

São Francisco - MG

Regime Especial de Tributação

Nenhum

Tipo de Imunidade

Suspensão da Exigibilidade do ISSQN

Não

Número Processo Suspensão

-

Benefício Municipal

-

Valor do Serviço

R\$ 25.100,00

Desconto Incondicionado

-

Total Deduções/Reduções

-

Cálculo do BM

-

BC ISSQN

Alíquota Aplicada

-

Retenção do ISSQN

Não Retido

ISSQN Apurado

-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF

CP

-

CSLL

-

PIS

COFINS

-

Retenção do PIS/COFINS

-

TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL

-

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço

R\$ 25.100,00

Desconto Condicionado

R\$

Desconto Incondicionado

R\$

ISSQN Retido

-

IRRF, CP,CSLL - Retidos

R\$ 0,00

PIS/COFINS Retidos

-

Valor Líquido da NFS-e

R\$ 25.100,00

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais

Estaduais

Municipais

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Certificamos que o serviço constante deste documento foi prestado e se encontra em perfeitas condições.

São Francisco/MG, 27/12/2024

NOME: Luiz Marcelo Monteiro Assunção

ASSINATURA

Luiz Marcelo Monteiro Assunção
Arquiteto de Pátio e Paisagem
LIQUIDANTE

Certificamos que o serviço constante deste documento foi prestado e se encontra em perfeitas condições.

São Francisco/MG, 27/12/2024

NOME: Luiz Marcelo Monteiro Assunção

ASSINATURA

Luiz Marcelo Monteiro Assunção
Arquiteto de Pátio e Paisagem
LIQUIDANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE



RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DE SERVIÇO – RPS

PROCESSO:	MODALIDADE DE LICITAÇÃO:	CREDENCIAMENTO Nº:	CONTRATO Nº/DATA
028/2024	Inexigibilidade nº 007/2024	003/2024	105/2024
VIGÊNCIA DO CONTRATO:		PERÍODO TRABALHADO:	
		01/07 A 30/11/2024	

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DESPORTIVA

CREDOR: LUIZ MARCELLO MONTEIRO ASSUNÇÃO

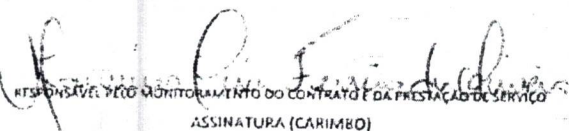
CNPJ/CPF: 50.571.759/0001-00

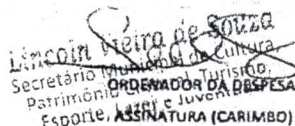
DIAS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/LOCAL DE TRABALHO	VALOR DO SERVIÇO	QUANTIDADE DE SERVIÇOS	VALOR TOTAL
01/07 A 30/11/2024	ARBITRAGEM FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO	130,00	64	8.320,00
01/07 A 30/11/2024	ARBITRAGEM AUXILIAR MASCULINO BANDEIRINHA E 4º ÁRBITRO	70,00	194	13.580,00
01/07 A 30/11/2024	MESÁRIOS EM GERAL PARA CATEGORIA E MODALIDADES DIVERSAS	50,00	64	3.200,00
TOTAL				R\$ 25.100,00

JUSTIFICATIVA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS EVENTOS PROGRAMADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE, POR SELEÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE, DURANTE O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL AMADOR/2024, NAS CATEGORIAS SUB 11, SUB 13, SUB 15, SUB 17, AMADOR E VETERANO.

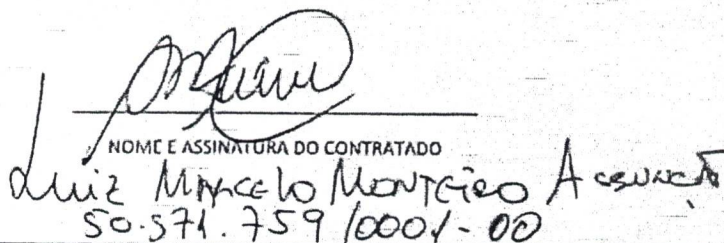
Declaro para os devidos fins e sob penas da Lei, que o serviço acima discriminado foi executado e se encontram em perfeitas condições.

Declaro que os serviços foram conferidos e monitorados por esta secretaria.


RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO DO CONTRATO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
ASSINATURA (CARIMBO)


Secretário Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude
ORDENADOR DA DESPESA
ASSINATURA (CARIMBO)

Declaro sob as penas da lei que, efetivamente executei os serviços discriminados acima.


NOME E ASSINATURA DO CONTRATADO
Luiz Marcelo Monteiro Assunção
50.571.759/0001-00

**DOC ou TED Eletrônico****Debitado**

Agência 494-4
Conta corrente 5259-0 PREF MUN SAO FCO DIVERSOS

Creditado

Banco 756 BANCO SICOOB S.A.
Agência (sem DV) 4486 CREDICHAPADA
Conta corrente (com DV) 110841
CNPJ 50.571.759/0001-00
Nome favorecido 50.571.759 LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNC
Finalidade CREDITO EM CONTA
Número documento 21.001
Valor 25.100,00
Destinação 0
Data transferência 10/02/2025
"C" - CNPJ diferente
Autenticação SISBB 5CD244F00E7860C8

Assinada por JB511633 LILIAN NOBRE DE ALMEIDA

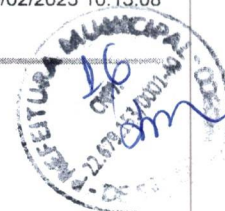
10/02/2025 10:12:55

JG123889 MIGUEL PAULO SOUZA FILHO

10/02/2025 10:15:08

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JG123889 MIGUEL PAULO SOUZA FILHO.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



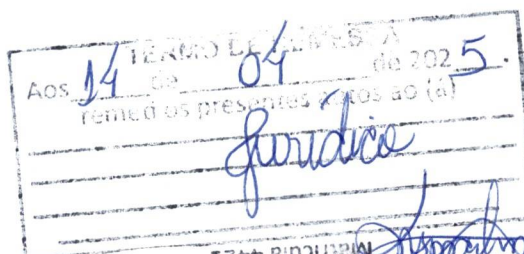
A

Procuradoria Jurídica.

Encaminho a essa Procuradoria para manifestação Jurídica quanto à legalidade.

São Francisco-MG, 10 de abril de 2025.

Ronaldo Alves Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças



Nair dos Santos Martins
Metrícula 4421

Vistos etc...

Re-note-se ao Contrato Interno para manifestar.

Sa FS, 27/05/2025.

Carlos Pereira de Carvalho Júnior
Procurador Municipal

TERMO DE REMISSÃO

Aos 28 de 05 de 2025.

remiti os presentes autos ao (à)

Control Interno

Noir dos Santos Martins
Matrícula 221

[Assinatura]







RAD nº 22/2025

Serviço: Controladoria Geral do Município

Para: Procuradoria Jurídica Municipal

Referente: Processo nº 356/2025

Interessado: LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO

Assunto: Reconhecimento de Dívida.

Autuado em: 11/02/2025

Páginas: 01 a 17

São Francisco – MG, 02 de junho de 2025.

Senhor Procurador;

Em 30 de maio de 2025, veio para análise e manifestação desta Controladoria a pedido de vossa senhoria (fls. 17), o Processo Administrativo nº 356/2025, ao dar início à análise **verificamos que:**

- I. O processo está numerado e rubricado das folhas 01 a folha 17 e foi autuado em 11 de fevereiro de 2025, sendo requerente do reconhecimento de dívida o **Sr. Luiz Marcelo Monteiro Assunção;**
- II. O processo refere-se ao Edital nº 009/2024, Processo nº 028/2024, Inexigibilidade nº 007/2024, Credenciamento nº 003/2024;
- III. O processo refere-se ao Contrato nº 107 de 03 de maio de 2024 celebrado pela **Prefeitura Municipal de São Francisco/MG** representada pelo Secretário Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude o Sr. Lincoln Vieira de Souza, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-10.191.559, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 039.182.076-17, residente e domiciliado na Avenida Montes Claros, 427, centro de São Francisco/MG, nos termos do Decreto nº 21/2022 e **Luiz Marcelo Monteiro Assunção - MEI, portador do CNPJ nº 50.571.759/0001-00**, residente na Avenida Oscar Caetano nº 934, Centro de São Francisco/MG, representado por **Luiz Marcelo Monteiro Assunção, CPF nº 545.038.506-44**, com valor **total estimado** de R\$175.100,00 (cento e setenta e cinco mil e cem reais), com **vigência** até 31 (trinta e um) de dezembro de 2024;



- IV. O requerente Sr. **Luiz Marcelo Monteiro Assunção** informou (fls. 02) que tal procedimento se refere à **Nota de Empenho Ordinário nº 15339** no **valor de R\$47.190,00** (quarenta e sete mil, cento e noventa reais) que foi emitida em 19/12/2024 e que **foi pago o valor de R\$25.100,00** (vinte e cinco mil e cem reais), através da Ordem de Compra/Serviço nº 247739. O requerente juntou ao processo folhas 03, 04, 05, 06, 07 e 08, verificado **Ordem de Pagamento nº 244687** emitida em 27/12/2024, Nota Fiscal de Serviço – eletrônico nº 004 emitido em 27/12/2024, Relatório de Produção do Serviço e comprovante de transferência bancária no valor de R\$25.100,00, emitido em 10/02/2025 documentos apresentados (fls. 11, 12, 13 e 14);
- V. O processo foi encaminhado para a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** que **não manifestou** e encaminhou em 13/03/2025 para a **Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte e Lazer e Juventude** manifestar conforme pedido do requerente e anexando relatórios referentes ao serviço prestado;
- VI. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E LAZER E JUVENTUDE** em 06/05/2025, manifestou **“de acordo o Relatórios anexo no processo”** e anexou as folhas 11, 12, 13, 14, 15 e 16 que **não correspondem ao pedido do reconhecimento de dívida do valor R\$22.090,00** (vinte e dois mil e noventa reais) **solicitado pelo requerente** e devolveu o processo a **Secretaria Municipal de Administração e Finanças** manifestar.
- VII. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** mais uma vez **não manifestou** (fls. 17) e encaminhou o processo a Procuradoria Jurídica para manifestar quanto a legalidade.
- VIII. A **PROCURADORIA JURÍDICA** remeteu o processo ao Controle Interno para manifestar.

MANIFESTAMOS:

Diante da documentação analisada, manifestamos que:

- I. O requerente informou (fls. 02) que resta a receber o valor de R\$22.090,00 (vinte e dois mil e noventa reais) conforme documentos juntados ao processo.



- II. Não houve manifestação no processo por parte da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** quanto à apuração do valor solicitado pelo requerente e não verificou junto ao **Setor de Contabilidade** quanto a Nota de Empenho nº 15339/2024 e quanto ao fato ocorrido correspondente ao valor de R\$22.090,00 (vinte e dois mil e noventa reais) solicitando o reconhecimento da dívida pelo requerente na folha 02 (dois);
- III. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE** não apresentou Tabela dos Jogos, Ordem de Compra/Serviço, o Relatório de Produção de Serviços, Justificativa Fundamenta (quanto valor de R\$22.090,00 (vinte e dois mil e noventa reais) e ao fato ocorrido correspondente a Nota de Empenho nº 15.339/2024, mencionada no pedido de reconhecimento de dívida pelo requerente (fls. 02) deste processo) e não apresentou Relatório Fotográfico do serviço se executado ou não, tais relatórios observado o previsto na **cláusula quarta do contrato nº 107 de 03 de maio de 2024**, correspondente a realização do respectivo serviço, relacionando a quantidade dos serviços executados, o preço unitário em reais (R\$) e o preço total de R\$22.090,00 (vinte e dois mil e noventa reais) solicitado pelo requerente.

Ademais informamos que a obrigação do município (**Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude**), conforme o contrato retro mencionado é:

- I - Conferir a tabela de jogos, adequá-la a necessidade do município.*
- II- Custear e disponibilizar o local a serem realizados os eventos.*
- III- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular a execução do Contrato;*
- IV- Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 138 Lei 14.133/21;*
- V- Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;*
- VI- Efetuar o pagamento ajustado.*
- VII- Fiscalizar a execução do contrato decorrente do presente credenciamento através da Secretaria Municipal de Esportes, bem como fiscalização conjunta do Controle Interno do município em todos os contratos e do secretário da pasta.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Controladoria Geral do Município

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

Quanto ao acompanhamento e fiscalização informamos que a cláusula nona do contrato nº 107/2024 prevê que:

9.1- *Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Esporte.*

9.2- *O gestor deste contrato terá, entre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento técnico dos serviços; fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada; comunicar a CONTRATADA sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar a Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual; fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais; atestar as notas fiscais de para efeito de pagamentos.*

Diante do exposto para maiores esclarecimentos MANIFESTAMOS AINDA QUE:

- I. O procedimento refere-se ao Edital nº 009/2024, Processo nº 028/2024, Inexigibilidade nº 007/2024 por Credenciamento nº 003/2024, Nota de Empenho Ordinário nº 15.339 emitida em 19/12/2024 com o objeto de prestação de serviços de arbitragem desportiva para atender as demandas dos eventos programados pela Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte e Juventude, por seleção paralela e não excludente, durante o campeonato municipal de futebol amador/2024, nas categorias sub 11, sub 13, sub 15, sub 17, amador e veterano conforme mencionado na Nota de Empenho.
- II. Esta **Controladoria Interna** analisou o pedido do requerente via sistema de controle interno (Contass TI) e verificamos que foi empenhado o valor de R\$47.190,00 (quarenta e sete mil, cento e noventa reais) e que foi **anulado o valor R\$22.090,00** (vinte e dois mil e noventa reais), valor este solicitado pelo requerente neste processo, informamos ainda que foi **liquidado e pago apenas o valor de R\$25.100,00** (vinte e cinco mil e cem reais) e que o **saldo da Nota de Empenho nº 15.399/2024 se encontra zerado.**



- III. Cabe a **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE** comprovar a execução da prestação do serviço de acordo com a Tabela dos Jogos, através de Ordem de Compra/Serviços, Relatório de Produção de Serviços com justificativa fundamentada e Relatório Fotográfico.
- IV. Cabe a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** manifestar quanto ao motivo que deu causa a anulação do saldo da **Nota de Empenho nº 15.399/2024**, cujo valor é **R\$22.090,00** (vinte e dois mil e noventa reais), valor este solicitado pelo requerente (fls.02) e reconhecer ou não a dívida com base na Tabela dos Jogos, Ordem de Compra/Serviços, Relatório de Produção de Serviços com justificativa fundamentada e Relatório Fotográfico a ser emitido pela **Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude.**

SUGERIMOS QUE:

- I. O Processo nº 356/2025 seja encaminhado novamente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**, com a finalidade de **comprovar ou não a execução da prestação do serviço**, se foi efetivamente executado e de acordo com a tabela de jogos por parte do requerente e se o valor de **R\$22.090,00** (vinte e dois mil e noventa reais), está de acordo com o programado pela Secretaria e conforme solicitado na **Nota de Empenho nº 15.399/2024**. Informamos que tais comprovantes deverão ser demonstrados através de **Ordem de Compra/Serviços, Relatório de Produção de Serviços com justificativa devidamente fundamentada, do fato ocorrido e do Relatório Fotográfico da execução do serviço** a fim de que as despesas possam ser reconhecidas pelo responsável pela Gestão da Administração Pública Municipal.
- II. O Processo nº 356/2025 seja encaminhado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** para verificar junto ao **Setor de Contabilidade do Município e MANIFESTAR** quanto ao motivo da anulação do valor de **R\$22.090,00** (vinte e dois mil e noventa reais), da **Nota de Empenho nº 15.399/2024** e apurar, reconhecer ou não a dívida com base na Tabela de Jogos, Ordem de Compra/Serviços, Relatório de Produção de Serviços com justificativa fundamentada e Relatório Fotográfico a ser emitido pela **Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude** e juntados a este processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS
Controladoria Geral do Município

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

- III. após a apuração do valor e do reconhecimento da dívida pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, que este processo seja encaminhado a **PROCURADORIA JURÍDICA** a fim de manifestar quanto a legalidade, se o encontrado lícito o procedimento do processo nº 356/2025, que seja elaborado PROJETO DE LEI DE RECONHECIMENTO DO VALOR DA DÍVIDA com propósito de que seja encaminhado à **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO** para análise do procedimento, reconhecimento ou não do **pedido solicitado pelo requerente**.
- IV. Por fim após a Dívida ser reconhecida e a Lei de Reconhecimento da Dívida ser sancionada, que o Processo seja encaminhado na íntegra para a **CORREGEDORIA MUNICIPAL** com a finalidade de abertura de procedimento administrativo, para apurar a responsabilidade de quem deu causa.

Cordialmente,


Célio José de Souza
Controlador Interno



- Ajuda do Sistema
- Perguntas Frequentes
- Notas da Versão
- Tutoriais



Consultas > Consulta Empenho

Pesquisa

Dados do Empenho

Seq. Empenho:

164078

Número do Empenho:

15339/2024 - RESTOS À PAGAR

Dotação:

4666 SEC.CULTURA, PAT.CULT.TUR. ESP.LAZER JUV

Tipo de Restos a Pagar:

1 - FORNECEDORES

Recurso:

15000000 RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Proc. Administrativo (P.A):

CO:

0000 Sem Identificação de CO

Data Emissão:

19/12/2024//

Desdobramento:

5978 339039990000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

Vencimento:

19/12/2024//

Credor:

LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO

Destino:

SECTUR

Histórico:

PADRÃO

Autorização:

175862

Tipo Empenho:

ORDINÁRIO

Tipo de compra:

INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO

Numero Licitação:

28/2024 Modalidade: 3

Observação/Marca

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS EVENTOS PROGRAMADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMONIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE, POR SELECAO PARALELA E NAO EXCLUDENTE, DURANTE O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL AMADOR/2024, NAS CADEGORIAS SUB 11, SUB 13, SUB 15, SUB 17, AMADOR E VETERANO.

Detalhamento

Resumo da Movimentação

Itens do Empenho

Lançamentos Contábeis

Notas de Liquidação

Pagamentos

Ordens de Compra

Solicitações de Compra

Processo de Compras

Agenda de Pagamentos

Contratos

Movimentação

Vir.Emp	Anulado	Liquidado	Valor Pago	Liquidado	Saldo a Pagar	A Liquidar	Geral
47.190,00	22.090,00	25.100,00	25.100,00	0,00	0,00	0,00	

Instituição: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO Departamento: 14 - CONTROLE INTERNO Data: 02/06/2025 Exercício: 2025

CELIO JOSE DE SOUZA

Servidor: 127.0.0.1:5432

Bloquear

Logout

MENU

- Consultas > Consulta Empenho
- Consultas > Consulta Empenho

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO > DB:FINANCEIRO > Empenho > Consultas > Consulta Empenho

×

Instituições

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCOINSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCOCÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

Áreas

DB:CONFIGURAÇÃODB:FINANCEIRODB:PATRIMONIALDB:RECURSOSHUMANOS

Módulos

ContabilidadeControle InternoEmpenhoOrçamentoCaixa

RelatóriosConsultasProcedimentos

Consulta Empenho

REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos

Patrimônio Cultural

São Francisco - MG 02/06/25

Assinatura Eva Cristina

Sr Francisco, 01/03/2025



Com muita satisfação pelo contato
interno, encaminhamos, para a sua apreciação,
dentro do prazo de tempo dos serviços prestados,
foram os conteúdos em questão e o prazo
de substituição de conteúdos do evento
referido a este, para que sejam tomadas
medidas necessárias a disponibilização de mais
este é um prazer!


João Herbert de Brito
SECRETÁRIO MUNIC. DE CULTURA,
PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO,
ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude

Praça Renato Azeredo, nº 1207 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40 FONE: (38) 3631-1617/ 3631-2264



TABELA CAMPEONATO SANFRANCISCANO 2024

GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C
MUNDO REAL	VILANOVA	JDE
CONSTRUCOSTA	INTERFLU	BARREIRO
CHR	CAIÇARA	UNIDOS DO RETIRO
ESPORTIVO	ANJICAL	EKIPKAR
RETIRO	BREJO	BANDEIRANTE

28/09	SÁBADO	16:00	CONSTRUCOSTA	X	ESPORTIVO
28/09	SABADO	18:00	UNIDOS RETIRO	X	EKIPKAR
29/09	DOMINGO	16:00	CAIÇARA	X	INTERFLU
29/09	DOMINGO	18:00	ANJICAL	X	VILA NOVA
05/10	SÁBADO	16:00	MUNDO REAL	X	CHR
05/10	SÁBADO	18:00	JDE	X	BARREIRO
08/10	TERÇA	19:00	RETIRO	X	CHR
10/10	QUINTA	19:00	BREJO	X	INTERFLU
11/10	SEXTA	18:00	BANDEIRANTE	X	UNIDOS DO R.
11/10	SEXTA	20:00	EPORTIVO	X	RETIRO
12/10	SÁBADO	16:00	ANJICAL	X	BREJO
12/10	SÁBADO	18:00	JDE	X	CAIÇARA

13/10	DOMINGO	16:00	MUNDO REAL	X	CONSTRUCOSTA
13/10	DOMINGO	18:00	BARREIRO	X	EKIPKAR
19/10	SABADO	16:00	UNIDOS DO RET	X	JDE
19/10	SABADO	18:00	CHR	X	ESPORTIVO
20/10	DOMINGO	16:00	INTERFLU	X	ANJICAL
20/10	DOMINGO	18:00	VILA NOVA	X	CAIÇARA
22/10	TERÇA	19:00	BANDEIRANTE	X	EKIPKAR
24/10	QUINTA	19:00	MUNDO REAL	X	RETIRO
25/10	SEXTA	18:00	BREJO	X	VILA NOVA
25/10	SEXTA	20:00	ESPORTIVO	X	BANDEIRANTE
26/10	SABADO	16:00	CHR	X	INTER FLU
26/10	SABADO	18:00	CAIÇARA	X	BARREIRO

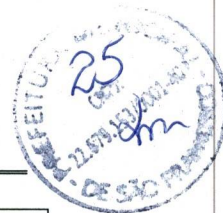
27/10	DOMINGO	16:00	UNIDOS RETIRO	X	BARREIRO
27/10	DOMINGO	18:00	ESPORTIVO	X	MUNDO REAL
29/10	TERÇA	18:00	JDE	X	EKIPKAR
29/10	TERÇA	20:00	ANJICAL	X	CAIÇARA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude

Praça Renato Azeredo, nº 1207 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40 FONE: (38) 3631-1617/ 3631-2264



02/11	SABADO	16:00	CONSTRUCOSTA	X	CHR
02/11	SABADO	18:00	INTERFLU	X	VILA NOVA
03/11	DOMINGO	16:00	BANDEIRANTE	X	JDE
03/11	DOMINGO	18:00	MUNDO REAL	X	ESPORTIVO
04/11	SEGUNDA	17:30	EKIPCAR	X	CAIÇARA
04/11	SEGUNDA	19:30	BREJO	X	RETIRO
07/11	QUINTA	18:00	VILA NOVA	X	BARREIRO
07/11	QUINTA	20:00	CHR	X	RETIRO

DIA 05 DE NOVEMBRO FERIADO MUNICIPAL FINAL DA TAÇA CIDADE

QUARTAS DE FINAIS

09/11	SÁBADO	16:00			
09/11	SABADO	18:00			
10/11	DOMINGO	16:00			
10/11	DOMINGO	18:00			

SEMI FINAIS IDA E VOLTA

16/11	SABADO	16:00			
16/11	SABADO	18:00			
23/11	SABADO	16:00			
23/11	SABADO	18:00			

DISPUTA DE TERCEIRO LUGAR

E FINAL

08/12	SÁBADO	16:00			
08/12	SABADO	18:00			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude

Praça Renato Azeredo, nº 1207 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40 FONE: (38) 3631-1617/ 3631-2264



Tabela categoria de base

SUB 11

CR-10

FUT RESENHA

ESCOLINA SÃO FRANCISCO

SANTO ANTONIO

CR-10 2X5 SANTO ANTONIO

ESCOLINHA 11 X 0 FUT RESENHA

26/10

16:00- SANTO ANTONIO X ESCOLINHA (ARENA SAGRADA)

8:00 - FUT RESENHA X CR-10 (ESTÁDIO MUNICIPAL)

09/11

8:00 – ESCOLINHA X CR-10 (ESTADIO MUNICIPAL)

9:00 – SANTO ANTONIO X FUT RESENHA (ESTÁDIO MUNICIPAL)

Final

23/11

ESCOLINHA SÃO FRANCISCO X SANTO ANTONIO

SUB 13

GRUPO A

SANTO ANTONIO

CR-10

GRUPO B

FUT RESENHA

BORUSSIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude

Praça Renato Azeredo, nº 1207 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40 FONE: (38) 3631-1617/ 3631-2264



ESCOLINHA SÃO FRANCISCO

ESCOLINHA S.F (B)

SANTO ANTONIO 8 X 0 CR-10

26/10 9:00 CR-10 X ESCOLINHA S.F (A) (ESTADIO MUNICIPAL)

26/10 10:00 ESCOLINHA S.F (B) X FUT RESENHA (ESTADIO MUNICIPAL)

03/11 16:00 BORUSSIA X FUT RESENHA (ARENA SAGRADA)

09/11 16:00 SANTO ANTONIO X ESCOLINHA S.F (A) (ARENA SAGRADA)

16/11 16:00 ESCOLINHA (B) X BORUSSIA

SEMI FINAIS

23/11

BORUSSIA X ESCOLINHA

SANTO ANTONIO X ESCOLINHA (B)

FINAL

01/12

SANTO ANTONIO X ESCOLINHA SÃO FRANCISCO

SUB 15

ESCOLINHA

SANTO ANTONIO

FUT RESENHA

BORUSSIA

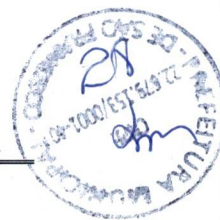
CELEBRIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude

Praça Renato Azeredo, nº 1207 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40 FONE: (38) 3631-1617/ 3631-2264



BORUSSIA 1 X 1 SANTO ANTONIO

CELEBRIDADE 2 X 2 ESCOLINHA

FUT RESENHA 0 X 2 SANTO ANTONIO

ESCOLINHA 7 X 0 FUT RESENHA

26/10 17:00 CELEBRIDADE X SANTO ANTONIO

03/11 17:00 BORUSSIA X CELEBRIDADE

09/11 17:00 FUT RESENHA X BORUSSIA

09/11 18:00 SANTO ANTONIO X ESCOLINHA S.F

16/11 17:00 - BORUSSIA X ESCOLINHA

18:00 - CELEBRIDADE X FUT RESENHA

SEMI FINAIS

SUB 17

GRUPO A

SANTO ANTONIO

BORUSSIA

BREJO

CELEBRIDADE

GRUPO B

JUVENTUDE

FUT RESENHA

ESCOLINHA

UNIDOS DE SÃO FRANCISCO

SANTO ANTONIO 2 X 2 BORUSSIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude

Praça Renato Azeredo, nº 1207 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40 FONE: (38) 3631-1617/ 3631-2264



ESCOLINHA 1 X 1 JUVENTUDE

FUT RESENHA 2 X 0 UNIDOS S.F

CELEBRIDADE 0 X 1 BREJO

BREJO 4 X 5 SANTO ANTONIO

JUVENTUDE 1 X 7 FUT RESENHA

CELEBRIDADE 1 X 2 BORUSSIA

UNIDOS 2 X 1 ESCOLINHA

27/10 16:00 UNIDOS S.F X JUVENTUDE

03/11 18:00 BORUSSIA X BREJO

09/11 16:00 SANTO ANTONIO X CELEBRIDADE

09/11 18:00 ESCOLINHA X FUT RESENHA

SEMI FINAIS

IDA

16/11

16:00 SANTO ANTONIO X UNIDOS

18:00 BORUSSIA X FUT RESENHA

VOLTA

23/11

16:00 FUT RESENHA X BORUSSIA

18:00 UNIDOS X SANTO ANTONIO

FINAL DIA 01/12/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MG
DEPARTAMENTO DE ESPORTE

Praça Renato Azeredo, 1207 – Centro – São Francisco – MG CEP 39.300-000 – CNPJ: 22.679.153/0001/40



Tabela veterano 35+ 2024

Grupo A	Grupo B
REAL FC	CHR
INTERNACIONAL	ESPORTIVO
BACARDI	JDE
ICARAI DE MINAS	GALO LUISLANDENSE
	RETIRO

	Quarta feira	19:00	Bacardi	x	Real FC
	Quinta feira	19:00	Retiro	x	Esportivo

29/09	Domingo	8:00	Galo Luislandens	x	CHR
29/09	Domingo	10:00	JDE	X	Retiro

02/10	Quarta feira	19:00	Icaraí de Minas	x	Internacional
-------	--------------	-------	-----------------	---	---------------

09/10	Quarta feira	19:00	JDE	x	Esportivo
-------	--------------	-------	-----	---	-----------

13/10	Domingo	7:30	Real FC	x	Internacional
13/10	Domingo	9:00	Esportivo	x	Galo Luislandense

16/10	Quarta feira	19:00	Icaraí de Minas	x	Bacardi
17/10	Quinta feira	19:00	Galo luislandense	x	Retiro

20/10	Domingo	7:30	CHR	x	Esportivo
20/10	Domingo	9:00	Galo luislandense	x	JDE

23/10	Quarta feira	19:00	Real FC	x	Icarai de Minas
24/10	Quinta feira	19:00	Retiro	x	CHR

27/10	Domingo	7:30	Internacional	x	Bacardi
27/10	Domingo	9:00	JDE	x	CHR

Dia 05 de Novembro Final da taça cidade

Semi finais jogos de Ida

10/11	Domingo	7:30			
10/11	Domingo	9:00			

Jogos de volta

17/11	Domingo	7:30			
17/11	Domingo	9:00			




Final e disputa de terceiro lugar

Dia 24/11

Jogos 7:30 e 9:00 horas



RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DE SERVIÇO – RPS

PROCESSO:	MODALIDADE DE LICITAÇÃO:	CREDENCIAMENTO Nº:	CONTRATO Nº/DATA	
028/2024	Inexigibilidade nº 007/2024	003/2024	105/2024	
VIGÊNCIA DO CONTRATO:		PERÍODO TRABALHADO:		
-		01/07 A 30/11/2024		
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DESPORTIVA			
CREDOR	LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO		CNPJ/CPF: 50.571.759/0001-00	
DIAS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/LOCAL DE TRABALHO	VALOR DO SERVIÇO	QUANTIDADE DE SERVIÇOS	VALOR TOTAL
01/07 A 30/11/2024	ARBITRAGEM FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO	130,00	57	7.410,00
01/07 A 30/11/2024	ARBITRAGEM AUXILIAR MASCULINO BANDEIRINHA E 4º ÁRBITRO	70,00	169	11.830,00
01/07 A 30/11/2024	MESÁRIOS EM GERAL PARA CATEGORIA E MODALIDADES DIVERSAS	50,00	57	2.850,00
TOTAL		R\$ 22.090,00		
JUSTIFICATIVA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS EVENTOS PROGRAMADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE, POR SELEÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE, DURANTE O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL AMADOR/2024, NAS CATEGORIAS SUB 11, SUB 13, SUB 15, SUB 17, AMADOR E VETERANO.				
Declaro para os devidos fins e sob penas da Lei, que o serviço acima discriminado foi executado e se encontram em perfeitas condições.		Declaro que os serviços foram conferidos e monitorados por esta secretaria.		
 RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO DO CONTRATO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: ASSINATURA (CARIMBO)		 ORDENADOR DA DESPESA: ASSINATURA (CARIMBO)		
Declaro sob as penas da lei que, efetivamente executei os serviços discriminados acima.				
 NOME E ASSINATURA DO CONTRATADO				



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL,

TURISMO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Avenida Montes Claros, 243- Centro - CEP: 39300-000 - CNPJ Nº. 22.679.153/0001-40



São Francisco, 01 de Julho de 2025.

Ofício nº. 086/2025

Da: Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude

Para: Procuradoria Jurídica

Assunto: Esclarecimento (FAZ)

Re, ltr Marcelo Assunção

Prezados Senhores:

Vimos por meio deste, JUSTIFICAR a V.Sa., os motivos que levaram ao CANCELAMENTO do saldo do empenho 15339/1 -02024. Em nome de LUZ MARCELO MONTEIRO ASSUNÇÃO, referente aos serviços de arbitragem que foram prestados durante o Campeonato Municipal de Futebol Amador, no ano de 2024.

Informamos a V.Sas., que tal ação foi feita devido aos problemas financeiros advindos no ano corrente, que acarretaram no pagamento parcial dos serviços prestados, e que o saldo restante não poderia ficar com empenho em aberto se não houvesse os valores em conta para o próximo ano, informação que recebemos da Secretaria de Finanças e Contabilidade. Sendo assim, procedeu-se o pagamento de parte dos serviços e o saldo restante foi anulado, ficando o pagamento do total a ser quitado no ano seguinte, ou seja, agora em 2025.

Diante disso, solicitamos a Esse Departamento parecer favorável ao reconhecimento da dívida restante e consequentemente, a liberação do pagamento da mesma.

Certo de contar com a sempre valorosa contribuição de V.Sa., antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

João Herber Gomes de Brito
JOÃO HERBER GOMES DE BRITO

Secretário Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural,
Turismo, Esporte, Lazer e Juventude

TERMO DE RECEBIMENTO		
Aos	10	07
de 2025		
Foi recebido por		
<i>juridica</i>		
<i>Marcelo</i>		

Nair dos Santos Martins
Matrícula 4421

NESTA



COPA
SÃO FRANCISCO
VETERANO

GRANDE FINAL
08/12 (DOMINGO)

08h00

 **X** 

Estádio Municipal Brasiliário Braz

Realização:
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA,
PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO,
ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Patrocinadores:

34
2023/2024
F. DE S. FRANCISCO



35





**COPA
SÃO FRANCISCO
AMADOR**

**TERCEIRO LUGAR
07/12 (SÁBADO)**

18h30

 **X** 

Estádio Municipal Brasiliano Braz

Realização:
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA,
PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO,
ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE.

Patrocinadores:
  

**COPA
SÃO FRANCISCO
AMADOR**

**GRANDE FINAL
08/12 (DOMINGO)**

19h00

 **X** 

Estádio Municipal Brasiliano Braz

Realização:
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA,
PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO,
ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE.

Patrocinadores:
  





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 356/2025

1. IDENTIFICAÇÃO

Município: São Francisco

Requerente: Luiz Marcelo Monteiro Assunção

CNPJ: 50.571.759/0001-00

Objeto: Reconhecimento de dívida referente à prestação de serviços de arbitragem desportiva

Valor: R\$ 22.090,00 (vinte e dois mil e noventa reais)

2. RELATÓRIO

O presente processo trata de solicitação de reconhecimento de dívida formulada pelo Sr. **Luiz Marcelo Monteiro Assunção**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 50.571.759/0001-00, referente à prestação de serviços de arbitragem desportiva durante o Campeonato Amador Municipal de Futebol do ano de 2024.

2.1 Dos Serviços Prestados

Os serviços foram executados para atender demandas dos eventos programados pela **Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte e Juventude**, abrangendo as seguintes categorias:

- Sub 11
- Sub 15
- Sub 17
- Amador
- Veterano

2.2 Da Documentação Apresentada

A Secretaria responsável apresentou:

- Relatório de produção
- Anexo fotográfico dos eventos esportivos
- Tabela dos jogos realizados
- Manifestação favorável ao reconhecimento da dívida

2.3 Da Situação Financeira

Conforme informado, houve cancelamento do saldo do empenho nº 15339/1-2024, em nome do requerente, devido a problemas financeiros enfrentados pelo Município no corrente ano, que resultaram em pagamento apenas parcial pelos serviços prestados.

3. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

3.1 Do Reconhecimento de Dívida

O instituto do reconhecimento de dívida encontra amparo legal nos seguintes dispositivos:

Art. 37, XXI da Constituição Federal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



"Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública..."

A Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, traz em seu artigo 153 disposições sobre o pagamento em casos excepcionais:

Art. 153. O objeto do contrato será recebido: [...] § 2º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. § 3º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. § 4º Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado. § 5º Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto. § 6º Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias."

Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), Art. 37:

"Equiparam-se à assunção de dívida a assunção, o reconhecimento ou a confissão de passivos pelo ente da Federação..."

3.2 Dos Princípios Aplicáveis

O reconhecimento da dívida deve observar os seguintes princípios:

- Princípio da Moralidade Administrativa
- Princípio da Boa-fé
- Princípio do Enriquecimento sem Causa
- Princípio da Supremacia do Interesse Público

4. ANÁLISE JURÍDICA

4.1 Requisitos para o Reconhecimento

Para o reconhecimento da dívida, devem estar presentes os seguintes requisitos:

- ☒ **Prestação efetiva do serviço** - Comprovada através do relatório de produção e documentação fotográfica
- ☒ **Interesse público** - Eventos esportivos municipais atendem ao interesse coletivo
- ☒ **Ausência de má-fé** - Não há indícios de irregularidades na prestação dos serviços
- ☒ **Proporcionalidade** - O valor é compatível com os serviços prestados



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



4.2 Da Legalidade

O reconhecimento da dívida é medida legal e necessária, considerando:

1. **Efetiva prestação dos serviços** comprovada documentalmente
2. **Manifestação favorável** da Secretaria responsável
3. **Interesse público** na regularização da situação
4. **Prevenção ao enriquecimento sem causa** do Município

4.3 Das Cautelas Necessárias

Para a regularização, recomenda-se:

- Verificação da disponibilidade orçamentária
- Autorização legislativa para reconhecimento da dívida
- Inclusão no orçamento do exercício seguinte, se necessário
- Observância aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

5. CONCLUSÃO

Com base na análise dos autos e na fundamentação jurídica apresentada, **OPINO FAVORAVELMENTE** ao reconhecimento da dívida no valor de **R\$ 22.090,00** (vinte e dois mil e noventa reais) em favor de **Luiz Marcelo Monteiro Assunção**.

5.2 Recomendações

1. **Encaminhamento de Projeto de Lei** à Câmara Municipal para autorização do reconhecimento da dívida, conforme sugerido pelo Controle Interno;
2. **Verificação da disponibilidade orçamentária** para o pagamento no exercício corrente ou inclusão na programação orçamentária do próximo exercício;
3. **Observância aos limites** estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

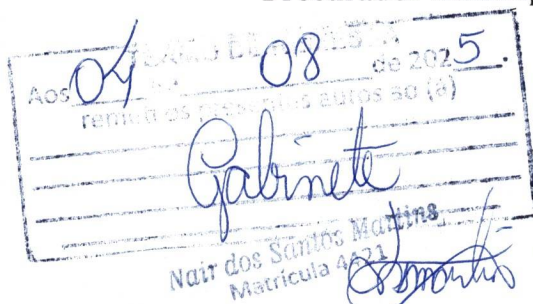
6. DISPOSITIVO

Diante do exposto, **OPINO PELA LEGALIDADE** do reconhecimento da dívida, desde que observadas as recomendações constantes deste parecer e obtida a devida autorização legislativa.

São Francisco, 31 de julho de 2025.

CARLOS PEREIRA DE CARVALHO JÚNIOR

Procurador Municipal



TELEFONO DE REMISSÃO
Aos 11 de 08 de 2025.
remetida ao presidente do Conselho (L)
Comarca Municipal
mj

TELEFONO DE REMISSÃO
Aos 11 de 08 de 2025.
remetida ao presidente do Conselho (L)
Juridico
mj